

EDITAL Nº 7/2023/SETUR-MGEN**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL VISANDO CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO**

A Superintendência Estadual de Turismo - Setur, torna público o presente EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA PARA ASSOCIAÇÕES com a finalidade de selecionar uma proposta apresentada por Organização da Sociedade Civil - OSC, regularmente constituída, com sede ou instalações no Estado de Rondônia, que tenha interesse em executar, em conjunto com a Setur, no período especificado neste edital, mediante fornecimento de estrutura, logística, promoção, premiação, equipamentos, materiais e mão de obra especializada para manter toda a infraestrutura do evento turístico voltado à Pesca Esportiva, bem como a metodologia de desenvolvimento das provas do circuito, conforme descrito neste Edital e seus anexos, em conformidade com a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Estadual nº 21.431/2016.

Este edital está em conformidade com a Lei complementar Estadual nº 965, de 20 de dezembro de 2017, onde em seu Art. nº 115, atribui como competência à Superintendência Estadual de Turismo - Setur o desenvolvimento das políticas voltadas ao turismo no Estado:

"Art. 115. À Superintendência Estadual de Turismo - SETUR, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC, compete coordenar e executar a política voltada ao turismo no Estado de Rondônia."

O presente edital encontra-se, também, em conformidade com a Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, de acordo com a Lei Federal nº 8666/93, e a Lei Estadual Nº 2734 de 27 de abril de 2012 e suas alterações e pelo Decreto Estadual nº 21.431 de novembro de 2016 e suas alterações e demais regras estabelecidas neste edital, proporcionando democratização e transparência ao evento esportivo.

DEFINIÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Define-se por TERMO DE COLABORAÇÃO um instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela Administração Pública, para as quais, haja necessidade de colaboração de uma ou mais OSCs e para as quais envolvam a transferência de recursos financeiros;

O TERMO DE COLABORAÇÃO terá por objeto a realização de evento relacionado ao Circuito de Pesca Esportiva de Rondônia, em conjunto com a Superintendência Estadual de Turismo, e que por conseguinte, necessita da colaboração de uma OSCs para melhor realizá-lo.

JUSTIFICATIVA

Considerando a Lei nº 5.093, de 24 de Agosto de 2021, o qual dispõe sobre a Política Estadual de Turismo, conforme previsto no art. 184 da Constituição Estadual, com o objetivo de implementar mecanismos destinados ao planejamento, desenvolvimento e fomento do setor turístico, bem como reconhecendo-o como forma de promoção e desenvolvimento social e cultural, conforme dispõe os art. 1º e 2º, onde assim, transcrevo:

"Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Turismo, conforme previsto no art. 184 da Constituição Estadual, com o objetivo de implementar mecanismos destinados ao planejamento, desenvolvimento e fomento do setor turístico.

Parágrafo único. Fica a cargo do Governo do estado de Rondônia delegar o órgão responsável para o desenvolvimento da Política Estadual de Turismo.

Art. 2º A Política Estadual de Turismo estará em consonância com as diretrizes disciplinadas pelo Governo Federal referente ao turismo de modo geral, bem como à Constituição Estadual de Rondônia, elencando o apoio e o incentivo ao turismo como atividade econômica, reconhecendo-o como forma de promoção e desenvolvimento social e cultural. Nesta seara, destaca o art. 3º, incisos I ao V, parágrafo único, do supradito dispositivo legal, o qual estabelece para as disposições quanto ao que se conceitua como turismo:

"Art. 3º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - turismo: conjunto de atividade social, cultural e econômica, objetivando o consumo e envolvendo o deslocamento físico de pessoas durante viagens com fins de lazer, negócios e outros, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, assim como a promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade;

II - guias: agentes públicos e privados do setor turístico representados individualmente ou de forma organizada, que desempenham atividades ligadas ao comércio de produtos e serviços característicos da região;

III - atrativo turístico: recurso natural ou cultural, a atividade econômica ou o evento programado, que desencadeia o processo turístico e, que é capaz de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-lo, componente ou não de um produto turístico;

IV - produto turístico: conjunto de atrativos, equipamentos, bens e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em 1 (um) ou mais municípios, contando com uma gestão integrada, ofertado no mercado de forma

organizada por um determinado preço; e turísticos.

V - trade turístico: organizações privadas e públicas atuantes nos diversos segmentos

Parágrafo único. O desenvolvimento das potencialidades turísticas da região deve gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas."

Há ainda a portabilidade conforme a Lei nº 5.093, de 24 de agosto de 2021, institui a Política Estadual de Turismo, onde em seu art. 5º, incisos I, II, III, IV, VII, X e XV, designa os objetivos da Política Estadual de Turismo, onde para melhor compreensão, transcrevo:

"Art. 5º São objetivos da Política Estadual de Turismo:

- I - estimular o desenvolvimento do turismo no Estado, contribuindo para a elevação do bem - estar da população;
- II - colaborar para a redução das disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo uma melhor distribuição de renda e inclusão social por meio do crescimento da oferta de trabalho no setor turístico de Rondônia;
- III - ampliar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas no Estado, mediante a promoção e o apoio à comercialização e ao desenvolvimento do produto turístico;
- IV - incentivar a criação, a consolidação e a difusão dos produtos e destinos turísticos do estado de Rondônia, com vistas a atrair turistas, diversificar os fluxos entre as unidades regionais e promover, especialmente, as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico e social que possuam atrativo turístico;
- VII - estimular a implantação e o fortalecimento de empreendimentos destinados ao fomento do segmento turístico através de atividades culturais, entretenimento, esporte e lazer, hotelaria e de outros atrativos que incentivem a permanência dos turistas nos destinos turísticos;
- X - estimular a integração das atividades turísticas por meio de parcerias com agentes públicos e privados;
- XV - elaborar e desenvolver projetos que sensibilize e conscientize a comunidade sobre a importância do turismo, como atividade econômica e cultural;

Enfatizamos ainda quanto aos Eixos de Atuação do Turismo, visto que orientam as ações à gestão, estruturação e qualificação para o desenvolvimento do turismo no Estado, conforme art. 9º e incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e IX:

"Art. 9º São eixos de atuação que orientam as ações de apoio à gestão, estruturação qualificação para o desenvolvimento do turismo no Estado:

- I - a governança;
- II - a capacitação;
- III - o empreendedorismo;
- IV - a infraestrutura turística;
- V - a criação de fluxo turístico;
- VI - o educativo;
- VII - os eventos;
- VIII - a promoção;
- IX - o fortalecimento dos produtos turísticos; e
- X - o cadastro, estatística e monitoramento."

Desta forma, haja visto que o turismo é um dos setores econômicos que mais registram o crescimento ao redor do mundo, a expansão do setor vem acompanhada do crescimento da oferta turística, o que contribui com o aumento de pressões competitivas entre os destinos turísticos. Um número crescente de destinos assistem ao investimento no turismo como uma atividade estratégica, sendo o planejamento e a definição de políticas públicas adequadas um fator determinante para o incremento da competitividade turística das destinações, desta forma, os avanços tecnológicos relacionados ao setor de transporte e de comunicação, o aumento do tempo livre para o lazer, a mudança no comportamento dos consumidores que buscam melhoria na sua qualidade de vida e, principalmente, o crescimento da renda, são fatores que propiciaram a oportunidade de exercer o turismo a um maior número de indivíduos.

Sendo assim, com o objetivo de reunir a maior quantidade de público, e que diante das atividades que serão apresentadas poderão ocorrer momentos de interatividade cultural, esportiva e de lazer, a fim de se expandir os conhecimentos através das participações, o projeto busca enaltecer e valorizar o setor turístico, cultural e desportivo, proporcionando condições estruturais.

Conforme se consagra com a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, o qual dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, preferivelmente o art. 5º, inciso III, VIII, XI e XIII, no qual trata dos objetivos, onde assim, transcrevo:

"Art. 5º A Política Nacional de Turismo tem por objetivos:

- III - ampliar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros no País, mediante a promoção e o apoio ao desenvolvimento do produto turístico brasileiro;

[...]

VIII - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;

[...]

XI - desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos;"

[...]

XIII - propiciar os recursos necessários para investimentos e aproveitamento do espaço turístico nacional de forma a permitir a ampliação, a diversificação, a modernização e a segurança dos equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às preferências da demanda, e, também, às características ambientais e socioeconômicas regionais existentes;"

Nesta seara, o chamamento em questão detém a pretensão de ser celebrado um TERMO DE COLABORAÇÃO entre uma Organização da Sociedade Civil - OSC, e o Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Superintendência Estadual de Turismo - Setur, com objetivo de fomentar a prática desportiva da pesca esportiva, colaborando para o crescimento econômico, cultural, histórico, turístico e esportiva, com a realização de um esporte que combina a adrenalina, destreza e resistência, conquistando profissionais e entusiastas de todo o globo terrestre. Um aspecto notável quanto o fomento de projetos desportivos se dá pelo senso de pertencimento, tal qual o desenvolvimento de talentos e promoção da saúde e atividades físicas.

Sucessivamente, a atividade esportiva se consagra como uma modalidade de iniciativa da pessoa física ou jurídica, que tem como objetivo levar o esporte a vida das pessoas, com o fulcro de equilibrar a saúde, melhorar a aptidão física/mental, e empenhar-se como um segmento social, turístico e cultural, envolvendo a sua prática não somente como aspecto recreativo, mais também como profissional, contribuindo para formação e desenvolvimento inclusivo do indivíduo na sociedade.

Desta forma, o Turismo Esportivo é um segmento que desempenha um papel significativo em várias dimensões, tanto para indivíduos quanto para destinos e economias em geral, tendo em vista que é capaz de injetar quantias significativas de receitas nas economias locais, nacionais e internacional, seja em caráter amador ou profissional, uma vez que os amantes ou entusiastas ao se deslocarem para a vivência em um evento de modalidade esportiva, cultural, turística ou de quaisquer natureza que ensejem no deslocamento do indivíduo, promove renda para hotéis, restaurantes, meios de transporte e lojas variadas (souvenir, vestuário, cosméticos, compras de acessórios, empresas vinculadas ao agenciamento de turistas ou correlacionadas, dentre outras atividades).

Na correlação entre turismo, cultura e esporte, o turismo desportivo promove a diversidade cultural e o intercâmbio entre pessoas de diferentes origens e nacionalidades, uma vez que o eventos esportivos atraem expectadores de todo o mundo e região, proporcionando a oportunidade de interação e partilha de experiência com pessoas de diferentes culturas, fomentando o interesse público em conhecer e/ou vivenciar meios de estímulo à atividade física, inspirando e envolvendo a ações ensejadoras que fomentem ao indivíduo o impulso a adotar um estilo de vida ativo, e em paralelo, fortalecendo o senso de identidade e pertencimento, criando um senso de coesão social.

Com fins econômicos, o turismo esportivo cria oportunidades de emprego em diversas áreas, desde a gestão de eventos/projetos, até a hospitalidade e o turismo, contribuindo para a redução de desemprego e desenvolvendo o setor econômico, proporcionando perspectivas e ações de investimentos em áreas como infraestrutura, turismo, transportes e serviços, algo que pode beneficiar a curto, médio e longo prazo uma região.

Por ventura, a relação entre o turismo, a cultura e o esporte é intrincada e multifacetada, influenciando-se mutuamente de maneiras significativas. Esses três elementos estão intrinsecamente interligados, de modo que influenciam na experiência de um indivíduo quanto a viagens, na identidade cultural de um local e no desenvolvimento econômico.

O turismo frequentemente proporciona oportunidades para os visitantes se envolverem com a cultural local de um destino; A cultura de uma região, incluindo sua história, tradições, gastronomia, artes e festivais, é um dos principais atrativos para os turistas. Os visitantes têm a chance de vivenciar diferentes modos de vida, aprender sobre tradições únicas e se envolver com as artes e expressões culturais locais.

Por outro lado, o turismo pode influenciar a cultura local, muitas vezes levando a uma troca de ideias e influências culturais entre visitantes e residentes. Essa interação pode enriquecer a cultura local ao introduzir novas perspectivas, ideias e práticas. No entanto, também é importante garantir que a integridade cultural seja mantida e respeitada, para evitar a descaracterização cultural devido a influências externas.

Entrementes, o esporte desempenha papel fundamental no turismo, especialmente quando eventos esportivos são realizados em destinos específicos. Grandes eventos esportivos como Jogos Olímpicos, Copas do Mundo, Maratonas e Competições de Alto Nível, atraem uma grande quantidade de turistas. Esses eventos não apenas geram receitas

diretas por meio de ingressos e hospedagem, mas também promovem a visibilidade do destino e podem aumentar o interesse do público em visitar. Além disso, esportes de aventura, como o surf, o motocross, o esqui, o mergulho e pesca esportiva, podem atrair turistas que buscam experiências emocionantes e únicas. Destinos que oferecem atividades esportivas específicas muitas vezes se tornam conhecidos como paraísos para praticantes de esportes, impulsionando o turismo voltado para essas atividades.

Nesta linha de raciocínio, não restam dúvidas frente a atuação da pesca esportiva, contudo, destaca-se que o turismo, está longe de ser uma atividade meramente recreativa, mais que assume uma posição de destaque no cenário econômico e social do Estado, uma vez que seu impacto abrange esferas que vão além do entretenimento, moldando profundamente a economia, a cultura e o desenvolvimento geral de uma região. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender a relevância do turismo como um agente catalisador de transformações e crescimento em nível estadual, tendo em vista os diversos segmentos atuantes do turismo, como por exemplo: o Turismo Arquitetônico, Turismo de Negócios, Turismo de Observação, Turismo Aquático, Turismo de Estudo e Intercâmbio, Turismo Esportivo/Aventura e entre outros.

Inobstante, a celebração de um TERMO DE COOLABORAÇÃO poderá seguir desempenhando um papel social de vultosa importância para a sociedade, fortalecendo atividades desportivas, culturais e turísticas, que promovam espaços de integração, lazer, educação e acessibilidade, para aqueles excluídos de oportunidades, de direito e de fato.

Nesta senda, este edital busca implementar políticas públicas para o mesmo fim, de acordo com a Lei 13.019/2014, que dá a administração pública estadual as seguintes justificativas:

Instrumento jurídico legal para estabelecer parcerias com OSCs com empreendimento de recursos financeiros tanto nas iniciativas da própria administração pública quanto nas iniciativas propostas pelas OSCs;

Facilitação nas relações entre poder público e OSCs que no município detém grande parte das iniciativas das associações reunindo lideranças e agentes dos mais diversos segmentos associados;

Ampara em regras claras e uníssonas com todo o país, democratizando o acesso aos recursos e consequentemente às manifestações do município;

DO OBJETO

O presente Edital tem por objeto o chamamento público para seleção de Organização da Sociedade Civil - OSC para executar em conjunto com a SETUR, a infraestrutura do Circuito de Pesca Esportiva de Rondônia, a ser realizado no distrito de Jaci Paraná, localizado na cidade de Porto Velho/RO, Pimenteiras do Oeste/RO e no Distrito de Porto Rolim, localizado no município de Alta Floresta do Oeste/RO.

DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO A SER FORNECIDO PELA SELECIONADA

A OSC selecionada deverá, mediante fornecimento de estrutura, logística, promoção, premiação, equipamentos, materiais e mão de obra especializada para manter toda a infraestrutura do evento turístico voltado à Pesca Esportiva, bem como a metodologia de desenvolvimento das provas do circuito a ser realizado no distrito de Jaci Paraná, localizado na cidade de Porto Velho/RO, Pimenteiras do Oeste/RO e no Distrito de Porto Rolim, localizado no município de Alta Floresta do Oeste/RO prevista para ocorrer nas datas estabelecidas neste edital, conforme a TABELA 01. Poderá, a critério da OSC selecionada, a alteração da data de execução das etapas do Circuito, desde que devidamente justificada.

Ficará a critério da OSC selecionada a sugestão do local exato onde ocorrerá o evento em conformidade com a TABELA 01, com validação da Superintendência Estadual de Turismo.

A OSC selecionada deverá instalar a infraestrutura no evento, conforme especificado na TABELA 02, nos seguintes locais: Distrito de Jaci Paraná - Porto Velho/RO, Pimenteiras do Oeste/RO e no Distrito de Porto Rolim - Alta Floresta do Oeste/RO em data estipulada no cronograma estabelecido neste edital, conforme TABELA 01.

TABELA 01		
Etapa	Localidade	Data prevista
1ª Etapa	Jaci Paraná, distrito de Porto Velho	28 e 29 de outubro
2ª Etapa	Pimenteiras do Oeste	04 e 05 de novembro
3ª Etapa	Porto Rolim, distrito de Alta Floresta do Oeste	11 e 12 de novembro

A OSC deverá apresentar os documentos obrigatórios aos Bombeiros para liberação do evento, conforme normas vigentes.

A OSC selecionada deverá entregar a estrutura descritas na TABELA 02 montadas em perfeito funcionamento, em tempo hábil, obedecendo o tempo necessário para fins da vistoria do corpo de bombeiros, como também para avaliação da comissão de fiscalização.

Será de responsabilidade da OSC providenciar a limpeza na área total do evento, sendo que a coleta de lixo deverá ocorrer periodicamente a cada 02 (duas) horas durante a execução do evento, incluindo banheiros químicos, tendas, palco, etc. Assim como deverá ser realizada a limpeza total após o término do evento.

A OSC selecionada deverá providenciar profissionais capacitados para realizar a instalação elétrica partindo do transformador existente na área e/ou gerador até a caixa de distribuição, e da caixa de distribuição até as tendas, palcos e outras estruturas necessárias que utilizarão energia elétrica, obedecendo as normas vigentes que trata de instalações elétricas, bem como realizar a instalação de pontos de energia elétrica de 127 Watts e 220 Watts. Sendo que a OSCs deverá realizar os trâmites de solicitações necessárias diretamente com a empresa distribuidora de energia elétrica, incluindo pagamento de taxas e outras despesas decorrente da energia elétrica consumida.

A OSC selecionada deverá disponibilizar eletricitistas que estará a disposição durante a execução do evento e no último dia após o término para auxiliar na desmontagem.

A OSC selecionada deverá providenciar as seguintes equipes para estar presente nos dias do evento, em conformidade com as Instruções Técnicas dos Bombeiros:

Equipe do corpo de bombeiro civil;

Ambulância de UTI com a equipe médica e com desfibrilador, conforme normas específicas;

A OSC selecionada deverá solicitar apoio da Polícia Militar, bem como contratar equipe especializada para realizar a segurança privativa no evento.

A OSC selecionada deverá apresentar declaração sob penas da lei, de que possui condições de apresentar, até a data de assinatura do termo de colaboração, o nome do profissional técnico (arquiteto ou engenheiro) responsável(is), devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região, que será responsável(is) pela montagem das estruturas de palco, das tendas e toda parte elétrica necessária para a liberação do evento. (Documento esse enviado na fase de habilitação).

Deverá ser apresentada as ARTs ou RRT's das Estruturas Montadas, bem como as Licenças necessárias para execução do evento até 24 (vinte e quatro horas) que antecedem o seu início à Comissão Organizadora do evento no âmbito da SETUR para que seja anexado ao processo;

A OSC selecionada deverá pagar todas as taxas necessária para a liberação de evento temporário pelo corpo de bombeiro CBMRO e demais órgãos reguladores;

A OSC selecionada deverá requerer junto aos órgãos reguladores as licenças necessárias para a execução do evento, como por exemplo, licença ambiental e outros.

A OSC selecionada deverá entregar na Setur, caso exigido pelo corpo de bombeiro CBMRO, o projeto de combate à incêndio e pânico para eventos temporários - PPCIP, a cópia do seguro juntamente com o comprovante de pagamento, com 24 horas antes do início do evento;

A OSC selecionada deverá contratar apólice de Seguro para a execução do Evento assegurando ao público participantes, incluindo os organizadores, contra quaisquer tipo de acidentes;

A desmontagem e retirada dos equipamentos e materiais utilizados na infraestrutura do evento e devidamente especificada neste edital, deverá ocorrer até 72 horas após o último dia do evento, sendo de inteira responsabilidade da OSC selecionada.

A OSC selecionada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do evento.

A OSC selecionada é responsável pelos danos eventualmente causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Colaboração.

A OSC selecionada deverá obedecer rigorosamente o prazo indicado para apresentação dos documentos para a habilitação.

O evento de que trata o caput desta Cláusula, deverá ser realizado de acordo com o cronograma proposto neste edital, no Distrito de Jaci Paraná - Porto Velho/RO, Pimenteiras do Oeste/RO e Distrito de Porto Rolim - Alta Floresta do Oeste/RO, conforme estipulado na TABELA 01. Poderá, a critério da OSC selecionada, a alteração da data de execução das etapas do Circuito, desde que devidamente justificada.

A OSC selecionada deverá realizar de forma gratuita as inscrições de todos os participantes em cada etapa. As inscrições serão limitadas e correlacionadas de acordo com a estrutura mínima oferecida para a fiscalização das equipes.

A OSC deverá apresentar em sua Proposta/Projeto na forma estabelecida no modelo do ANEXO VIII, a metodologia para a execução do Circuito de Pesca Esportiva, os quais serão previstos os seguintes:

A modalidade de pesca esportiva embarcada motorizada utilizando o sistema de modelo "Pesque e Solte". Sendo que a embarcação será de responsabilidade de cada equipe e deverá estar regulamentada e conservada, conforme as

normas nacionais, devendo ser apresentadas as documentações necessárias dos participantes no ato da inscrição. A OSC deverá contratar equipe de fiscalização com capacidade técnica para atuar na avaliação do circuito, sendo que o piloto da embarcação deverá possuir curso de arrais amador para que comprove que ele está habilitado para conduzir embarcações.

Cada etapa contará com 03 (três) baterias competitivas, sendo duas baterias no primeiro dia e a última bateria ocorrerá no segundo dia de competição.

A Organização da Sociedade Civil - OSC deverá estabelecer os critérios de pontuação, espécies qualificadas, tipo de isca, equipamentos permitidos, penalidades e outros critérios necessários para o bom desenvolvimento da competição. A OSC deverá solicitar da equipe participante, no ato da inscrição, curso de arrais amador para o piloto da equipe que comprova que ele está habilitado para conduzir embarcações, sem o qual acarretará na desclassificação da equipe.

A OSC deverá informar a cada equipe participante que os mesmos serão responsáveis por levar seus próprios equipamentos de pesca, incluindo embarcação, varas, anzóis, linhas e outros apetrechos previstos no regulamento da competição;

Será de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil - OSC selecionada a aquisição dos itens para a premiação e repasse aos vencedores do circuito, obedecendo aos limites propostos na TABELA 02. A equipe vencedora classificada em 1º lugar receberá um conjunto de embarcação de alumínio de 6 metros, motor náutico com potência de 30 HP e carretinha, bem como receberá troféu; A equipe classificada em 2º lugar será premiada com motor náutico com potência de 15 HP e para a equipe classificada em 3º lugar será premiada com um caiaque de pesca. Haverá entrega de medalhas para todos os participantes.

ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADES DOS OBJETOS E VALOR

Deverá a OSC apresentar na Proposta/Projeto a descrição do cronograma físico/financeiro, cronograma de execução das etapas do circuito de pesca, descrição dos itens necessários para a sua execução, conforme apresentado no quadro abaixo, com os valores unitários e valor global, sendo que estes valores não poderão ultrapassar o limite estabelecido na referida tabela. De tal modo que a OSC selecionada se responsabilizará, de forma integral e isolada, pelos valores que excederem o previsto.

Deverá ainda apresentar o regulamento que conduzirá o circuito de Pesca Esportiva, sendo que cada etapa/localidade conterá três baterias de provas a serem executados em dois dias, bem como apresentar a documentação necessária para a habilitação e, posteriormente, formalização do Termo de Colaboração.

O valor apresentado na tabela abaixo não poderá ultrapassar o valor limite estabelecido:

TABELA 02							
Etapa	Grupo de Despesas	Item	Descrição	Unid. de Medida	Quantidade mínima por item	Quant. Total de diárias	VALOR LIMITE
1ª ETAPA - JACI PARANÁ	PREMIAÇÃO	01	Embarcação de alumínio no tamanho de 6 metros para o 1º colocado	unid.	1	-	R\$ 65.000,00
		02	Motor náutico 30 HP de potência com partida elétrica para o 1ª colocado	unid.	1	-	
		03	Carretinha com eixo simples para o 1ª colocado	unid.	1	-	
		04	Motor náutico 15 HP de potência para o 2ª colocado	unid.	1	-	
		05	Caiaque para o 3ª colocado	unid.	1	-	
		06	Troféu	unid.	1	-	
		07	Medalhas	unid.	300	-	
	INFRAESTRUTURA	01	Locação de treliça para o portão de entrada	diária	1	2	R\$ 155.000,00

02	<p>LOCAÇÃO DE TELÃO DE LED TAMANHO 2 METROS X 3 METROS, sendo obrigatoriamente um dos modelos: P06, P08 ou P10, medindo 3x2 metros, ou seja, 03 metros de largura por 02 metros de altura. sendo que o telão deverá fica na altura máxima de 6 metros do chão. O painel deve ter sua placa processadora ligada simultaneamente, com 01 CAMERA FILMADORA DIGITAL FULL-HD; DVD; NOTE BOOK; com mesa de corte e com profissionais da área para operar tanto a câmera quanto a mesa de corte. Será de responsabilidade da empresa contratada a documentação assinada pelo Profissional Responsável de acordo com a legislação vigente - ART e Taxa do CREA paga e demais autorizações e dispositivos legais, quando for o caso, conforme a legislação. Todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e segurança serão por conta da empresa contratada.</p>	diária	2	4
03	<p>LOCAÇÃO DE TENDA NO TAMANHO 10 METROS X 10 METROS COM TABLADO DE PISO, devem ser estaqueadas e com suas amarrações em cabo de aço. O interior da tenda deverá ter no mínimo (08) oito pontos de tomadas universais energizadas sendo: (05) cinco tomadas na tensão 127 volts, (03) três pontos na tensão 220 volts e (05) cinco pontos de iluminação com a instalação de lâmpadas tipo LED, potência 70 watts, cor branco frio, tipo bulbo. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei, por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural.</p>	diária	5	2

04	LOCAÇÃO DE TENDA NO TAMANHO 5 METROS X 5 METROS COM TABLADO DE PISO , devem ser estaqueadas e com suas amarrações em cabo de aço. O interior da tenda deverá ter no mínimo (05) cinco pontos de iluminação com a instalação de lâmpadas tipo LED, potência 70 watts, cor branco frio, tipo bulbo. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei, por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural.	diária	5	2

	<p>TABLADO DE PALCO COBERTO (médio porte): com serviço de montagem e desmontagem, contendo no mínimo as seguintes dimensões 08 (oito) metros de frente, 06 (seis) metros de profundidade, fabricado em estrutura metálica, reforçado com chapa tipo "u" coberta com lona em pvc, com fechamento lateral e fundo, com material ortofônico e com proteção total a chuva; piso de compensado naval laminado 20mm revestido em chapa "u" com escada, corrimão e encarpetado, cobertura do tipo duas águas, 3 (três) extintores de incêndio co2 com data de validade vigente. Acesso lateral de no mínimo 2 (dois) corrimãos. O tablado deverá ser posicionado e fixado no chão ou solo com materiais e técnicas necessárias para garantir a segurança e resistência. Todas as estruturas metálica devem possuir aterramento elétrico conforme "ABNT NBT 5419:2009" - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas". As instalações deverão atender as normas e exigências técnicas da ABNT. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural, bem como as taxas pagas relacionada à vistoria do corpo de bombeiros militar. Todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e segurança serão por conta da empresa contratada. As estruturas ficarão continuamente instalados nos locais a serem definidos pela coordenação do evento, tendo somente que instalar e desinstalar durante a realização do evento e encerramento do mesmo. A instalação ocorrerá em local a ser definido pela coordenação do evento.</p>	diária	1	2

<p>06</p>	<p>EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL DE MÉDIO PORTE: com montagem, operação e desmontagem, contendo 8 movie head, 16 refletor lâmpada par 64, mesa controladora digital de no mínimo 24 canais simultâneos, 1 rack digital, main power completo. As instalações elétricas deverão atender as normas e exigências técnicas da ABNT. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei, por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural, bem como as taxas pagas relacionada à vistoria do corpo de bombeiros militar, sendo que todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e segurança serão por conta da empresa contratada. A estrutura deve ser montada com travas e amarrações de aço estaqueado com cabo de aço com documentação do CREA - ART, com assinatura do responsável técnico, com a devida vistoria do corpo de bombeiro militar. Todas as conexões devem ser feitas com conectores apropriados, para evitar pontos de aquecimento.</p>	<p>diária</p>	<p>1</p>	<p>2</p>
Empty row for additional items				

07	<p>EQUIPAMENTO DE SOM PROFISSIONAL COMPLETO DE MÉDIO PORTE com 3.000 watts de potência, com instalação, operação e desinstalação contendo p.a. de no mínimo 8 (oito) caixas line array, 8 (oito) caixas de sub grave com 2 (dois) falantes de 18 (dezoito) polegadas amplificada profissional; 2 (dois) microfones sem fio vhf profissional, modelo vws20, 2 (dois) bastões, canal individual, faixa de frequência 180-270 mega-hertz, banda alta de vhf, taxa de sinal 100 (db), distância de funcionamento, entrada separada para cada microfone com p10, distância de funcionamento da base 50 metros, alimentação 4 pilhas aa (inclusas), qualidade de som perfeita, controle de volume individual, estabilidade da frequência de 40 hz - 20khz, thd 0,5%; 2 (dois) microfones com fio vocal, interruptor on/ off tipo dinâmico, diretividade unidirecional, padrão polar cartióide, resposta de frequência 50 hz a 16 khz, cabo 17 pés (5m), conector trs 1/4 (6,5mm); 2 (dois) pedestais, processador digital profissional, cubo de baixo, cubo de guitarra, monitoração profissional; mesa digital de no mínimo 32 (trinta e dois) canais para o pa e outra digital de 32 (trinta e dois) canais para o monitor e central de ac e cabeamentos necessários. As instalações elétricas deverão atender as normas e exigências técnicas da ABNT. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei, por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural, bem como as taxas pagas relacionada à vistoria do corpo de bombeiros militar, sendo que todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e segurança serão por conta da empresa contratada. Todas as conexões devem ser feitas com conectores apropriados, para evitar pontos de aquecimento.</p>	diária	1	2
08	<p>Locação de pódio em treliças para a cerimônia de premiação</p>	diária	1	2

09	CONJUNTO DE MESA E CADEIRAS EM PVC: locação de mesa plástica quadrada, produzida com polipropileno, dimensões aproximadas em 80 cm de largura, 80 cm comprimento e 71 cm de altura, na cor branca com 4 cadeiras tipo poltronas plásticas	unid.	60	2
10	GERADOR de 50 kva, em regime contínuo, tensão de 127/ 220/380/440v, fator de potência de 0,8, 1800 rpm, 60hz, motor a diesel a 1800rpm conforme norma iso 3046, super silenciado ou silenciado entre 75 a 85 db (decibéis), tipo de acionamento manual e/ou automático. O grupo gerador deverá ter dispositivo de acionamento automático (full time) no caso de falta de energia elétrica da concessionária local. quadro com chave de transferência: deverá ser fornecido um qta (quadro de transferência automática) acoplado a cada grupo gerador, contendo 1(um) jogo de chave de transferência automática, composta por 2(dois) contatores eletromagnéticos, com capacidade adequada ao sistema, com intertravamentos elétrico e mecânico. O sistema de proteção será composto por chave seccionadora com disjuntor tripolar termomagnético. deverá ser fornecido desenhos com todos os diagramas necessários para a representação do quadro: diagrama unifilar, trifilar, de força, de comando, régua de bornes, circuito do regulador, manual de operação, etc. Quadro de comando dotado de micro controlador montado sobre a base do gerador, para supervisão de corrente alternada, comandando a partida e parada em caso de falha da fonte principal (rede), medições de potência ativa(kw), potência aparente (kva), potência ativa (kwh), tensões de fase e de linha gerador(vca), tensões de fase rede (vca), frequência (hz), corrente das fases do gerador (a), temperatura da água (°c), tempo de funcionamento (h), tensão de bateria (vcc). Tanque de combustível com capacidade entre 70 a 150 litros, consumo de diesel em carga plena (l/h) entre 8 a 12, o motor deverá sempre estar abastecido, autonomia de no mínimo 8 horas de trabalho contínuo, sendo que o combustível deverá ser fornecido pela contratada. O tempo de montagem/desmontagem não é	unid	1	2

contabilizado para efeitos de horas/diária. a solicitação especificará o horário a partir do qual o gerador deverá estar em funcionamento. a empresa deverá fornecer 100m de cabeamento de condutor elétrico de no mínimo 120 mm + chave reversora (transferência) manual e demais componentes necessários à conexão do gerador à subestação do local do evento ou poste da rede de energia. A empresa deverá manter outro equipamento nas mesmas especificações em standby caso haja necessidade de substituição e realizar a instalação do mesmo de imediato a contar do defeito apresentado. Apresentar art/rrt do técnico responsável pela instalação e interligação do sistema elétrico, bem como apresentar laudo do corpo de bombeiros militar. a empresa deverá manter um operador técnico responsável presente durante o período de locação para sanar problemas eventuais. Para melhor segurança dos transeuntes, o grupo gerador deverá estar protegido por grade de proteção com no mínimo 1,2 metro de altura, e portão de acesso somente para o técnico que irá monitorar o funcionamento. A instalação ocorrerá em local a ser definido pela coordenação do evento. Todas as conexões devem ser feitas com conectores apropriados, para evitar pontos de aquecimento.

PUBLICIDADE

01	AQUISIÇÃO DE LONA COM ILHÓS em lona vinílica, fosca 440 gramas, impressão digital, medindo 4m x 2m (comprimento x altura), resolução de 1440 dpis, 4 cores, com acabamento em ilhós. Com artes e logo do Governo.	unid.	6	-	R\$ 35.000,00
02	AQUISIÇÃO DE LONA COM ILHÓS em lona vinílica, fosca 440 gramas, impressão digital, medindo 1,50m x 3,50m (altura x comprimento), resolução de 1440 dpis, 4 cores, com acabamento em ilhós. Com artes e logo do Governo.	unid.	10	-	
03	AQUISIÇÃO DE LONA COM ILHÓS em lona vinílica, fosca 440 gramas, impressão digital, medindo 6,00m x 1,20m (comrpimento x altura), resolução de 1440 dpis, 4 cores, com acabamento em ilhós. Com artes e logo do Governo.	unid.	1	-	

04	AQUISIÇÃO DE PANFLETOS frente e verso, em papel couchê glossy, 150 gramas, 4x4 cores, impressão a laser frente e verso, medindo 16 cm x 22 cm (largura x altura) com 1 dobras. Com artes e logo do evento. Com aprovação prévia do solicitante.	unid.	5000	-
05	AQUISIÇÃO DE BANDEIRA WIND BANNER , em tecido personalizado com impressão frente e verso, medindo 70x220cm, 4 cores, com hastes de fibra de vidro para montagem e 1 Base de material resistente para sustentação do produto. Com artes e logomarca do evento.	unid.	10	--
06	AQUISIÇÃO DE CARTAZES em papel couchê brilhoso 170g, 150 PPI/ m ² , medindo 0,60cm x 0,40 cm (altura x largura), formato 3, policromia 4 x 0 cores, quantidade média de 20 palavras, fita dupla no verso nas 4 extremidades.	unid	50	-
07	AQUISIÇÃO DE BANNERS em lona vinílica, impressão em mídia fotográfica, medindo 0,90m x 1,50m (largura x altura), 4 cores, acabamento em canaleta ou ilhós. Com artes e logomarcas do Evento.	unid.	30	-
08	Contratação de serviço de social mídia para atualização e acompanhamento das redes sociais do evento	diária	-	30
09	Divulgação e impulsionamento nas redes sociais	diária	-	30
10	Serviço de contratação de produção de spot para rádio e mídias sociais que deverá ser discriminada na proposta da OSC	a ser definido	a ser definido	a ser definido
11	Serviço de contratação de produção vídeo para divulgação do circuito	serviço	1	-
12	Serviço de contratação de site para divulgação e inscrição do evento	mensal	1	2
13	Locação de serviços de divulgação do evento em <i>outdoor's</i>	diária	20	10
14	Serviço de contratação de inserções em rádio com divulgação nas principais cidades do estado que deverá ser discriminada na proposta da OSC	a ser definir	a ser definido	a ser definido
15	Aquisição de alimentação (almoço e janta) para a equipe de divulgação totalizando duas pessoas	unid.	20	-
16	Serviço de hospedagem individual para a equipe de divulgação totalizando duas pessoas para atuar durante 10 dias	diária	2	20
17	Aquisição de combustível para veículo da equipe de divulgação.	litros	600	-

	18	Locação de veículo tipo caminhonete para equipe de divulgação para atuar durante 30 dias	diária	1	10	
LOGÍSTICA	01	Aquisição de água mineral 500 ml para organização, fiscalização e equipe de suporte;	fardo	30	-	R\$ 80.000,00
	02	Aquisição de alimentação (almoço e janta) para a equipe de organização totalizando 5 pessoas durante 6 dias (3 dias antes do evento, 2 dias durante o evento e 1 dia após o evento);	unid.	60	-	
	03	Contratação de serviço de pilotos para fiscalização das provas nos dois dias de realização do circuito	unid	10	20	
	04	Contratação de serviço de pilotos para logística de apoio do circuito para atuar um dia antes para preparação do evento, durante os dois dias de circuito e um dia após o evento para limpeza do local.	unid.	4	16	
	05	Locação de embarcação com motor para fiscalização nos dois dias de realização das provas;	unid.	10	20	
	06	Locação de embarcação com motor para logística de apoio do evento para ser utilizado um dia antes para preparação do evento, durante os dois dias de circuito e um dia após o evento para limpeza do local;	unid.	4	16	
	07	Aquisição de combustível para as embarcações para uso da fiscalização e logística para as três baterias da competição	litros	1000	-	
	08	Aquisição de óleo náutico para diluição no combustível das embarcações para uso da fiscalização e logística;	litros	20	-	
	09	Serviço de hospedagem em quarto individual para a equipe de organização totalizando 5 pessoas durante 6 dias (3 dias antes do evento, 2 dias durante o evento e 1 dia após o evento)	diárias	-	30	
	10	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE para equipe de organização para atuar durante 6 dias (3 dias antes do evento, 2 dias durante o evento e 1 dia após o evento);	diária	1	6	
	11	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL para equipe de organização utilizar no veículo durante 6 dias (3 dias antes do evento, 2 dias durante o evento e 1 dia após o evento)	litros	600	-	
	12	Contratação de serviço profissional para cobertura do evento com produção e edição de fotografia e vídeo durante e após o evento;	serviço	1	-	

13	Contratação de serviço de equipe de cobertura jornalística para atuar durante o evento;	serviço	1	1
14	Contratação de pessoal para realizar a limpeza antes, durante e após o evento;	serviço	5	4
15	Aquisição de material de limpeza que deverá ser discriminada na proposta da OSC	a definir	a definir	a definir
16	Aquisição de materiais elétricos que deverá ser discriminada na proposta da OSC	a definir	a definir	a definir
17	LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS standard, individuais e portáteis, dimensões mínimas de 1,10 m de frente x 1,10 m de fundo x 2,10 de altura, confeccionados em polietileno de alta densidade, resistente e totalmente lavável, com teto translúcido, piso antiderrapante, janelas de ventilação, indicação de "livre / ocupado", cabine para bolsa / casaco, incluindo vaso sanitário (tanques simples de dejetos), mictório (somente para o modelo masculino), porta papel higiênico (com fornecimento de papel higiênico), com no mínimo 1 (um) ponto de luminária, instalada com lâmpada LED com potência no mínimo 40 watts na cor branco frio, com abertura da porta em aproximadamente 180°. As instalações elétricas deverão atender as normas e exigências técnicas da ABNT	unid.	6	12
18	Contratação de responsável técnico para o evento (arquiteto ou engenheiro devidamente registrado no CAU ou CREA);	serviço	1	1
19	Pagamento de taxas obrigatórias para liberação do evento;	taxa	-	-
20	Contratação de bombeiro civil;	diária	a definir de acordo com as normas dos bombeiros	2
21	Locação de ambulância com UTI incluindo equipe médica e com desfibrilador;	diária	1	2
22	Contratação de seguranças privativos;	diária	5	2
23	Contratação de apólice de Seguro para o evento;	serviço	1	-
24	Taxas e outras despesas decorrente da energia elétrica consumida;	serviço	-	-
25	Pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.	taxas	-	-
TOTAL LIMITE NA 1ª ETAPA - JACI PARANÁ				R\$ 335.000,00

Etapa	Grupo de Despesas	Item	Descrição	Unid. de Medida	Quantidade mínima por item	Quant. Total de diárias	VALOR LIMITE
2ª ETAPA - PIMENTEIRAS	PREMIAÇÃO	01	Embarcação de alumínio no tamanho de 6 metros para o 1º colocado	unid.	1	-	R\$ 65.000,00
		02	Motor náutico 30 HP de potência com partida elétrica para o 1ª colocado	unid.	1	-	
		03	Carretinha com eixo simples para o 1ª colocado	unid.	1	-	
		04	Motor náutico 15 HP de potência para o 2ª colocado	unid.	1	-	
		05	Caiaque para o 3ª colocado	unid.	1	-	
		06	Troféu	unid.	1	-	
		07	Medalhas	unid.	300	-	
	INFRAESTRUTURA	01	Locação de treliça para o portão de entrada	diária	1	2	R\$ 155.000,00
		02	LOCAÇÃO DE TELÃO DE LED TAMANHO 2 METROS X 3 METROS , sendo obrigatoriamente um dos modelos: P06, P08 ou P10, medindo 3x2 metros, ou seja, 03 metros de largura por 02 metros de altura. sendo que o telão deverá ficar na altura máxima de 6 metros do chão. O painel deve ter sua placa processadora ligada simultaneamente, com 01 CAMERA FILMADORA DIGITAL FULL-HD; DVD; NOTE BOOK; com mesa de corte e com profissionais da área para operar tanto a câmera quanto a mesa de corte. Será de responsabilidade da empresa contratada a documentação assinada pelo Profissional Responsável de acordo com a legislação vigente - ART e Taxa do CREA paga e demais autorizações e dispositivos legais, quando for o caso, conforme a legislação. Todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e segurança serão por conta da empresa contratada.	diária	2	4	

03	<p>LOCAÇÃO DE TENDA NO TAMANHO 10 METROS X 10 METROS COM TABLADO DE PISO, devem ser estaqueadas e com suas amarrações em cabo de aço. O interior da tenda deverá ter no mínimo (08) oito pontos de tomadas universais energizadas sendo: (05) cinco tomadas na tensão 127 volts, (03) três pontos na tensão 220 volts e (05) cinco pontos de iluminação com a instalação de lâmpadas tipo LED, potência 70 watts, cor branco frio, tipo bulbo. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei, por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural.</p>	diária	5	2
04	<p>LOCAÇÃO DE TENDA NO TAMANHO 5 METROS X 5 METROS COM TABLADO DE PISO, devem ser estaqueadas e com suas amarrações em cabo de aço. O interior da tenda deverá ter no mínimo (05) cinco pontos de iluminação com a instalação de lâmpadas tipo LED, potência 70 watts, cor branco frio, tipo bulbo. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei, por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural.</p>	diária	5	2
05	<p>TABLADO DE PALCO COBERTO (médio porte): com serviço de montagem e desmontagem, contendo no mínimo as seguintes dimensões 08 (oito) metros de frente, 06 (seis) metros de profundidade, fabricado em estrutura metálica, reforçado com chapa tipo "u" coberta com lona em pvc, com fechamento lateral e fundo, com material</p>	diária	1	2

ortofônico e com proteção total a chuva; piso de compensado naval laminado 20mm revestido em chapa "u" com escada, corrimão e encarpetado, cobertura do tipo duas águas, 3 (três) extintores de incêndio co2 com data de validade vigente. Acesso lateral de no mínimo 2 (dois) corrimãos. O tablado deverá ser posicionado e fixado no chão ou solo com materiais e técnicas necessárias para garantir a segurança e resistência. Todas as estruturas metálica devem possuir aterramento elétrico conforme "ABNT NBT 5419:2009" - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas". As instalações deverão atender as normas e exigências técnicas da ABNT. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural, bem como as taxas pagas relacionada à vistoria do corpo de bombeiros militar. Todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e segurança serão por conta da empresa contratada. As estruturas ficarão continuamente instalados nos locais a serem definidos pela coordenação do evento, tendo somente que instalar e desinstalar durante a realização do evento e encerramento do mesmo. A instalação ocorrerá em local a ser definido pela coordenação do evento.

06	<p>EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL DE MÉDIO PORTE: com montagem, operação e desmontagem, contendo 8 movie head, 16 refletor lâmpada par 64, mesa controladora digital de no mínimo 24 canais simultâneos, 1 rack digital, main power completo. As instalações elétricas deverão atender as normas e exigências técnicas da ABNT. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei, por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural, bem como as taxas pagas relacionada à vistoria do corpo de bombeiros militar, sendo que todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e segurança serão por conta da empresa contratada. A estrutura deve ser montada com travas e amarrações de aço estaqueado com cabo de aço com documentação do CREA - ART, com assinatura do responsável técnico, com a devida vistoria do corpo de bombeiro militar. Todas as conexões devem ser feitas com conectores apropriados, para evitar pontos de aquecimento.</p>	diária	1	2
07	<p>EQUIPAMENTO DE SOM PROFISSIONAL COMPLETO DE MÉDIO PORTE com 3.000 watts de potência, com instalação, operação e desinstalação contendo p.a. de no mínimo 8 (oito) caixas line array, 8 (oito) caixas de sub grave com 2 (dois) falantes de 18 (dezoito) polegadas amplificada profissional; 2 (dois) microfones sem fio vhf profissional, modelo vws20, 2 (dois) bastões, canal individual, faixa de frequência 180-270 mega-hertz, banda alta de vhf, taxa de sinal 100 (db), distância de funcionamento, entrada separada para cada microfone com p10, distância de</p>	diária	1	2

	<p>funcionamento da base 50 metros, alimentação 4 pilhas aa (inclusas), qualidade de som perfeita, controle de volume individual, estabilidade de frequência de 40 hz - 20khz, thd 0,5%; 2 (dois) microfones com fio vocal, interruptor on/ off tipo dinâmico, diretividade unidirecional, padrão polar cartiíode, resposta de frequência 50 hz a 16 khz, cabo 17 pés (5m), conector trs 1/4 (6,5mm); 2 (dois) pedestais, processador digital profissional, cubo de baixo, cubo de guitarra, monitoração profissional; mesa digital de no mínimo 32 (trinta e dois) canais para o pa e outra digital de 32 (trinta e dois) canais para o monitor e central de ac e cabeamentos necessários. As instalações elétricas deverão atender as normas e exigências técnicas da ABNT. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei, por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural, bem como as taxas pagas relacionada à vistoria do corpo de bombeiros militar, sendo que todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e segurança serão por conta da empresa contratada. Todas as conexões devem ser feitas com conectores apropriados, para evitar pontos de aquecimento.</p>			
08	Locação de pódio em treliças para a cerimônia de premiação	diária	1	2
09	CONJUNTO DE MESA E CADEIRAS EM PVC: locação de mesa plástica quadrada, produzida com polipropileno, dimensões aproximadas em 80 cm de largura, 80 cm comprimento e 71 cm de altura, na cor branca com 4 cadeiras tipo poltronas plásticas	unid.	60	2
10	GERADOR de 50 kva, em regime contínuo, tensão de 127/	unid	1	2

220/380/440v, fator de potência de 0,8, 1800 rpm, 60hz, motor a diesel a 1800rpm conforme norma iso 3046, super silenciado ou silenciado entre 75 a 85 db (decibéis), tipo de acionamento manual e/ou automático. O grupo gerador deverá ter dispositivo de acionamento automático (full time) no caso de falta de energia elétrica da concessionária local. quadro com chave de transferência: deverá ser fornecido um qta (quadro de transferência automática) acoplado a cada grupo gerador, contendo 1(um) jogo de chave de transferência automática, composta por 2(dois) contatores eletromagnéticos, com capacidade adequada ao sistema, com inter-travamentos elétrico e mecânico. O sistema de proteção será composto por chave seccionadora com disjuntor tripolar termomagnético. deverá ser fornecido desenhos com todos os diagramas necessários para a representação do quadro: diagrama unifilar, trifilar, de força, de comando, régua de bornes, circuito do regulador, manual de operação, etc. Quadro de comando dotado de micro controlador montado sobre a base do gerador, para supervisão de corrente alternada, comandando a partida e parada em caso de falha da fonte principal (rede), medições de potência ativa(kw), potência aparente (kva), potência ativa (kwh), tensões de fase e de linha gerador(vca), tensões de fase rede (vca), frequência (hz), corrente das fases do gerador (a), temperatura da água (°c), tempo de funcionamento (h), tensão de bateria (vcc). Tanque de combustível com capacidade entre 70 a 150 litros, consumo de diesel em carga plena (l/h) entre 8 a 12, o motor deverá sempre estar abastecido, autonomia de no mínimo 8 horas de trabalho contínuo, sendo que o combustível deverá ser fornecido pela contratada. O tempo de montagem/desmontagem não é contabilizado para efeitos de

		<p>horas/diária. a solicitação especificará o horário a partir do qual o gerador deverá estar em funcionamento. a empresa deverá fornecer 100m de cabeamento de condutor elétrico de no mínimo 120 mm + chave reversora (transferência) manual e demais componentes necessários à conexão do gerador à subestação do local do evento ou poste da rede de energia. A empresa deverá manter outro equipamento nas mesmas especificações em standby caso haja necessidade de substituição e realizar a instalação do mesmo de imediato a contar do defeito apresentado. Apresentar art/rrt do técnico responsável pela instalação e interligação do sistema elétrico, bem como apresentar laudo do corpo de bombeiros militar. a empresa deverá manter um operador técnico responsável presente durante o período de locação para sanar problemas eventuais. Para melhor segurança dos transeuntes, o grupo gerador deverá estar protegido por grade de proteção com no mínimo 1,2 metro de altura, e portão de acesso somente para o técnico que irá monitorar o funcionamento. A instalação ocorrerá em local a ser definido pela coordenação do evento. Todas as conexões devem ser feitas com conectores apropriados, para evitar pontos de aquecimento.</p>				
PUBLICIDADE	01	AQUISIÇÃO DE LONA COM ILHÓS em lona vinílica, fosca 440 gramas, impressão digital, medindo 4m x 2m (comprimento x altura), resolução de 1440 dpis, 4 cores, com acabamento em ilhós. Com artes e logo do Governo.	unid.	6	-	R\$ 35.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE LONA COM ILHÓS em lona vinílica, fosca 440 gramas, impressão digital, medindo 1,50m x 3,50m (altura x comprimento), resolução de 1440 dpis, 4 cores, com acabamento em ilhós. Com artes e logo do Governo.	unid.	10	-	

03	AQUISIÇÃO DE LONA COM ILHÓS em lona vinílica, fosca 440 gramas, impressão digital, medindo 6,00m x 1,20m (comrpimento x altura), resolução de 1440 dpis, 4 cores, com acabamento em ilhós. Com artes e logo do Governo.	unid.	1	-
04	AQUISIÇÃO DE PANFLETOS frente e verso, em papel couchê glossy, 150 gramas, 4x4 cores, impressão a laser frente e verso, medindo 16 cm x 22 cm (largura x altura) com 1 dobras. Com artes e logo do evento. Com aprovação prévia do solicitante.	unid.	5000	-
05	AQUISIÇÃO DE BANDEIRA WIND BANNER , em tecido personalizado com impressão frente e verso, medindo 70x220cm, 4 cores, com hastes de fibra de vidro para montagem e 1 Base de material resistente para sustentação do produto. Com artes e logomarca do evento.	unid.	10	--
06	AQUISIÇÃO DE CARTAZES em papel couchê brilhoso 170g, 150 PPI/ m ² , medindo 0,60cm x 0,40 cm (altura x largura), formato 3, policromia 4 x 0 cores, quantidade média de 20 palavras, fita dupla no verso nas 4 extremidades.	unid	50	-
07	AQUISIÇÃO DE BANNERS em lona vinílica, impressão em mídia fotográfica, medindo 0,90m x 1,50m (largura x altura), 4 cores, acabamento em canaleta ou ilhós. Com artes e logomarcas do Evento.	unid.	30	-
08	Contratação de serviço de social mídia para atualização e acompanhamento das redes sociais do evento	diária	-	30
09	Divulgação e impulsionamento nas redes sociais	diária	-	30
10	Serviço de contratação de produção de spot para rádio e mídias sociais que deverá ser discriminada na proposta da OSC	a ser definido	a ser definido	a ser definido
11	Serviço de contratação de produção vídeo para divulgação do circuito	serviço	1	-
12	Serviço de contratação de site para divulgação e inscrição do evento	mensal	1	2
13	Locação de serviços de divulgação do evento em <i>outdoor's</i>	diária	20	10

	14	Serviço de contratação de inserções em rádio com divulgação nas principais cidades do estado que deverá ser discriminada na proposta da OSC	a ser definir	a ser definido	a ser definido	
	15	Aquisição de alimentação (almoço e janta) para a equipe de divulgação totalizando duas pessoas	unid.	20	-	
	16	Serviço de hospedagem individual para a equipe de divulgação totalizando duas pessoas para atuar durante 10 dias	diária	2	20	
	17	Aquisição de combustível para veículo da equipe de divulgação.	litros	600	-	
	18	Locação de veículo tipo caminhonete para equipe de divulgação para atuar durante 30 dias	diária	1	10	
LOGÍSTICA	01	Aquisição de água mineral 500 ml para organização, fiscalização e equipe de suporte;	fardo	30	-	R\$ 80.000,00
	02	Aquisição de alimentação (almoço e janta) para a equipe de organização totalizando 5 pessoas durante 6 dias (3 dias antes do evento, 2 dias durante o evento e 1 dia após o evento);	unid.	60	-	
	03	Contratação de serviço de pilotos para fiscalização das provas nos dois dias de realização do circuito	unid	10	20	
	04	Contratação de serviço de pilotos para logística de apoio do circuito para atuar um dia antes para preparação do evento, durante os dois dias de circuito e um dia após o evento para limpeza do local.	unid.	4	16	
	05	Locação de embarcação com motor para fiscalização nos dois dias de realização das provas;	unid.	10	20	
	06	Locação de embarcação com motor para logística de apoio do evento para ser utilizado um dia antes para preparação do evento, durante os dois dias de circuito e um dia após o evento para limpeza do local;	unid.	4	16	
	07	Aquisição de combustível para as embarcações para uso da fiscalização e logística para as três baterias da competição	litros	1000	-	
	08	Aquisição de óleo náutico para diluição no combustível das embarcações para uso da fiscalização e logística;	litros	20	-	

09	Serviço de hospedagem em quarto individual para a equipe de organização totalizando 5 pessoas durante 6 dias (3 dias antes do evento, 2 dias durante o evento e 1 dia após o evento)	diárias	-	30
10	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE para equipe de organização para atuar durante 6 dias (3 dias antes do evento, 2 dias durante o evento e 1 dia após o evento);	diária	1	6
11	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL para equipe de organização utilizar no veículo durante 6 dias (3 dias antes do evento, 2 dias durante o evento e 1 dia após o evento)	litros	600	-
12	Contratação de serviço profissional para cobertura do evento com produção e edição de fotografia e vídeo durante e após o evento;	serviço	1	-
13	Contratação de serviço de equipe de cobertura jornalística para atuar durante o evento;	serviço	1	1
14	Contratação de pessoal para realizar a limpeza antes, durante e após o evento;	serviço	5	4
15	Aquisição de material de limpeza que deverá ser discriminada na proposta da OSC	a definir	a definir	a definir
16	Aquisição de materiais elétricos que deverá ser discriminada na proposta da OSC	a definir	a definir	a definir

		17	LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS standard, individuais e portáteis, dimensões mínimas de 1,10 m de frente x 1,10 m de fundo x 2,10 de altura, confeccionados em polietileno de alta densidade, resistente e totalmente lavável, com teto translúcido, piso antiderrapante, janelas de ventilação, indicação de "livre / ocupado", cabine para bolsa / casaco, incluindo vaso sanitário (tanques simples de dejetos), mictório (somente para o modelo masculino), porta papel higiênico (com fornecimento de papel higiênico), com no mínimo 1 (um) ponto de luminária, instalada com lâmpada LED com potência no mínimo 40 watts na cor branco frio, com abertura da porta em aproximadamente 180º. As instalações elétricas deverão atender as normas e exigências técnicas da ABNT	unid.	6	12
		18	Contratação de responsável técnico para o evento (arquiteto ou engenheiro devidamente registrado no CAU ou CREA);	serviço	1	1
		19	Pagamento de taxas obrigatórias para liberação do evento;	taxa	-	-
		20	Contratação de bombeiro civil;	diária	a definir de acordo com as normas dos bombeiros	2
		21	Locação de ambulância com UTI incluindo equipe médica e com desfibrilador;	diária	1	2
		22	Contratação de seguranças privativos;	diária	5	2
		23	Contratação de apólice de Seguro para o evento;	serviço	1	-
		24	Taxas e outras despesas decorrente da energia elétrica consumida;	serviço	-	-
		25	Pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.	taxas	-	-
TOTAL LIMITE NA 2ª ETAPA - PIMENTEIRAS						R\$ 335.000,00

Etapa	Grupo de Despesas	Item	Descrição	Unid. de Medida	Quantidade mínima por item	Quant. Total de diárias	VALOR LIMITE
-------	-------------------	------	-----------	-----------------	----------------------------	-------------------------	--------------

3ª ETAPA - PORTO ROLIM	PREMIAÇÃO	01	Embarcação de alumínio no tamanho de 6 metros para o 1º colocado	unid.	1	-	R\$ 65.000,00
		02	Motor náutico 30 HP de potência com partida elétrica para o 1º colocado	unid.	1	-	
		03	Carretinha com eixo simples para o 1º colocado	unid.	1	-	
		04	Motor náutico 15 HP de potência para o 2º colocado	unid.	1	-	
		05	Caiaque para o 3º colocado	unid.	1	-	
		06	Troféu	unid.	1	-	
		07	Medalhas	unid.	300	-	
INFRAESTRUTURA	01	Locação de treliça para o portão de entrada	diária	1	2	R\$ 155.000,00	
	02	LOCAÇÃO DE TELÃO DE LED TAMANHO 2 METROS X 3 METROS, sendo obrigatoriamente um dos modelos: P06, P08 ou P10, medindo 3x2 metros, ou seja, 03 metros de largura por 02 metros de altura. sendo que o telão deverá ficar na altura máxima de 6 metros do chão. O painel deve ter sua placa processadora ligada simultaneamente, com 01 CAMERA FILMADORA DIGITAL FULL-HD; DVD; NOTE BOOK; com mesa de corte e com profissionais da área para operar tanto a câmera quanto a mesa de corte. Será de responsabilidade da empresa contratada a documentação assinada pelo Profissional Responsável de acordo com a legislação vigente - ART e Taxa do CREA paga e demais autorizações e dispositivos legais, quando for o caso, conforme a legislação. Todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e segurança serão por conta da empresa contratada.	diária	2	4		

03	LOCAÇÃO DE TENDA NO TAMANHO 10 METROS X 10 METROS COM TABLADO DE PISO , devem ser estaqueadas e com suas amarrações em cabo de aço. O interior da tenda deverá ter no mínimo (08) oito pontos de tomadas universais energizadas sendo: (05) cinco tomadas na tensão 127 volts, (03) três pontos na tensão 220 volts e (05) cinco pontos de iluminação com a instalação de lâmpadas tipo LED, potência 70 watts, cor branco frio, tipo bulbo. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei, por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural.	diária	5	2
04	LOCAÇÃO DE TENDA NO TAMANHO 5 METROS X 5 METROS COM TABLADO DE PISO , devem ser estaqueadas e com suas amarrações em cabo de aço. O interior da tenda deverá ter no mínimo (05) cinco pontos de iluminação com a instalação de lâmpadas tipo LED, potência 70 watts, cor branco frio, tipo bulbo. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei, por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural.	diária	5	2

05	<p>TABLADO DE PALCO COBERTO (médio porte): com serviço de montagem e desmontagem, contendo no mínimo as seguintes dimensões 08 (oito) metros de frente, 06 (seis) metros de profundidade, fabricado em estrutura metálica, reforçado com chapa tipo "u" coberta com lona em pvc, com fechamento lateral e fundo, com material ortofônico e com proteção total a chuva; piso de compensado naval laminado 20mm revestido em chapa "u" com escada, corrimão e encarpetado, cobertura do tipo duas águas, 3 (três) extintores de incêndio co2 com data de validade vigente. Acesso lateral de no mínimo 2 (dois) corrimãos. O tablado deverá ser posicionado e fixado no chão ou solo com materiais e técnicas necessárias para garantir a segurança e resistência. Todas as estruturas metálica devem possuir aterramento elétrico conforme "ABNT NBT 5419:2009" - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas". As instalações deverão atender as normas e exigências técnicas da ABNT. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural, bem como as taxas pagas relacionada à vistoria do corpo de bombeiros militar. Todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e segurança serão por conta da empresa contratada. As estruturas ficarão continuamente instalados nos locais a serem definidos pela coordenação do evento, tendo somente que instalar e desinstalar durante a realização do evento e encerramento do mesmo. A instalação ocorrerá em local a ser definido pela coordenação do evento.</p>	diária	1	2

<p>06</p>	<p>EQUIPAMENTO DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL DE MÉDIO PORTE: com montagem, operação e desmontagem, contendo 8 movie head, 16 refletor lâmpada par 64, mesa controladora digital de no mínimo 24 canais simultâneos, 1 rack digital, main power completo. As instalações elétricas deverão atender as normas e exigências técnicas da ABNT. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei, por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural, bem como as taxas pagas relacionada à vistoria do corpo de bombeiros militar, sendo que todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e segurança serão por conta da empresa contratada. A estrutura deve ser montada com travas e amarrações de aço estaqueado com cabo de aço com documentação do CREA - ART, com assinatura do responsável técnico, com a devida vistoria do corpo de bombeiro militar. Todas as conexões devem ser feitas com conectores apropriados, para evitar pontos de aquecimento.</p>	<p>diária</p>	<p>1</p>	<p>2</p>
Empty space for additional content				

07	<p>EQUIPAMENTO DE SOM PROFISSIONAL COMPLETO DE MÉDIO PORTE com 3.000 watts de potência, com instalação, operação e desinstalação contendo p.a. de no mínimo 8 (oito) caixas line array, 8 (oito) caixas de sub grave com 2 (dois) falantes de 18 (dezoito) polegadas amplificada profissional; 2 (dois) microfones sem fio vhf profissional, modelo vws20, 2 (dois) bastões, canal individual, faixa de frequência 180-270 mega-hertz, banda alta de vhf, taxa de sinal 100 (db), distância de funcionamento, entrada separada para cada microfone com p10, distância de funcionamento da base 50 metros, alimentação 4 pilhas aa (inclusas), qualidade de som perfeita, controle de volume individual, estabilidade da frequência de 40 hz - 20khz, thd 0,5%;</p> <p>2 (dois) microfones com fio vocal, interruptor on/ off tipo dinâmico, diretividade unidirecional, padrão polar cartióide, resposta de frequência 50 hz a 16 khz, cabo 17 pés (5m), conector trs 1/4 (6,5mm); 2 (dois) pedestais, processador digital profissional, cubo de baixo, cubo de guitarra, monitoração profissional; mesa digital de no mínimo 32 (trinta e dois) canais para o pa e outra digital de 32 (trinta e dois) canais para o monitor e central de ac e cabeamentos necessários. As instalações elétricas deverão atender as normas e exigências técnicas da ABNT. Será de responsabilidade da empresa contratada providenciar e realizar o pagamento das devidas ART's ou RRT's exigidas em lei, por profissionais regularmente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, relacionadas à instalação elétrica e estrutural, bem como as taxas pagas relacionada à vistoria do corpo de bombeiros militar, sendo que todas as despesas relativas ao transporte, alimentação, estadia, operação, montagem, desmontagem e segurança serão por conta da empresa contratada. Todas as conexões devem ser feitas com conectores apropriados, para evitar pontos de aquecimento.</p>	diária	1	2
08	<p>Locação de pódio em treliças para a cerimônia de premiação</p>	diária	1	2

09	CONJUNTO DE MESA E CADEIRAS EM PVC: locação de mesa plástica quadrada, produzida com polipropileno, dimensões aproximadas em 80 cm de largura, 80 cm comprimento e 71 cm de altura, na cor branca com 4 cadeiras tipo poltronas plásticas	unid.	60	2
10	GERADOR de 50 kva, em regime contínuo, tensão de 127/ 220/380/440v, fator de potência de 0,8, 1800 rpm, 60hz, motor a diesel a 1800rpm conforme norma iso 3046, super silenciado ou silenciado entre 75 a 85 db (decibéis), tipo de acionamento manual e/ou automático. O grupo gerador deverá ter dispositivo de acionamento automático (full time) no caso de falta de energia elétrica da concessionária local. quadro com chave de transferência: deverá ser fornecido um qta (quadro de transferência automática) acoplado a cada grupo gerador, contendo 1(um) jogo de chave de transferência automática, composta por 2(dois) contatores eletromagnéticos, com capacidade adequada ao sistema, com intertravamentos elétrico e mecânico. O sistema de proteção será composto por chave seccionadora com disjuntor tripolar termomagnético. deverá ser fornecido desenhos com todos os diagramas necessários para a representação do quadro: diagrama unifilar, trifilar, de força, de comando, régua de bornes, circuito do regulador, manual de operação, etc. Quadro de comando dotado de micro controlador montado sobre a base do gerador, para supervisão de corrente alternada, comandando a partida e parada em caso de falha da fonte principal (rede), medições de potência ativa(kw), potência aparente (kva), potência ativa (kwh), tensões de fase e de linha gerador(vca), tensões de fase rede (vca), frequência (hz), corrente das fases do gerador (a), temperatura da água (°c), tempo de funcionamento (h), tensão de bateria (vcc). Tanque de combustível com capacidade entre 70 a 150 litros, consumo de diesel em carga plena (l/h) entre 8 a 12, o motor deverá sempre estar abastecido, autonomia de no mínimo 8 horas de trabalho contínuo, sendo que o combustível deverá ser fornecido pela contratada. O tempo de	unid	1	2

montagem/desmontagem não é contabilizado para efeitos de horas/diária. a solicitação especificará o horário a partir do qual o gerador deverá estar em funcionamento. a empresa deverá fornecer 100m de cabeamento de condutor elétrico de no mínimo 120 mm + chave reversora (transferência) manual e demais componentes necessários à conexão do gerador à subestação do local do evento ou poste da rede de energia. A empresa deverá manter outro equipamento nas mesmas especificações em standby caso haja necessidade de substituição e realizar a instalação do mesmo de imediato a contar do defeito apresentado. Apresentar art/rrt do técnico responsável pela instalação e interligação do sistema elétrico, bem como apresentar laudo do corpo de bombeiros militar. a empresa deverá manter um operador técnico responsável presente durante o período de locação para sanar problemas eventuais. Para melhor segurança dos transeuntes, o grupo gerador deverá estar protegido por grade de proteção com no mínimo 1,2 metro de altura, e portão de acesso somente para o técnico que irá monitorar o funcionamento. A instalação ocorrerá em local a ser definido pela coordenação do evento. Todas as conexões devem ser feitas com conectores apropriados, para evitar pontos de aquecimento.

PUBLICIDADE	01	AQUISIÇÃO DE LONA COM ILHÓS em lona vinílica, fosca 440 gramas, impressão digital, medindo 4m x 2m (comprimento x altura), resolução de 1440 dpis, 4 cores, com acabamento em ilhós. Com artes e logo do Governo.	unid.	6	-	R\$ 35.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE LONA COM ILHÓS em lona vinílica, fosca 440 gramas, impressão digital, medindo 1,50m x 3,50m (altura x comprimento), resolução de 1440 dpis, 4 cores, com acabamento em ilhós. Com artes e logo do Governo.	unid.	10	-	
	03	AQUISIÇÃO DE LONA COM ILHÓS em lona vinílica, fosca 440 gramas, impressão digital, medindo 6,00m x 1,20m (comprimento x altura), resolução de 1440 dpis, 4 cores, com acabamento em ilhós. Com artes e logo do Governo.	unid.	1	-	

04	AQUISIÇÃO DE PANFLETOS frente e verso, em papel couchê glossy, 150 gramas, 4x4 cores, impressão a laser frente e verso, medindo 16 cm x 22 cm (largura x altura) com 1 dobras. Com artes e logo do evento. Com aprovação prévia do solicitante.	unid.	5000	-
05	AQUISIÇÃO DE BANDEIRA WIND BANNER , em tecido personalizado com impressão frente e verso, medindo 70x220cm, 4 cores, com hastes de fibra de vidro para montagem e 1 Base de material resistente para sustentação do produto. Com artes e logomarca do evento.	unid.	10	--
06	AQUISIÇÃO DE CARTAZES em papel couchê brilhoso 170g, 150 PPI/ m ² , medindo 0,60cm x 0,40 cm (altura x largura), formato 3, policromia 4 x 0 cores, quantidade média de 20 palavras, fita dupla no verso nas 4 extremidades.	unid	50	-
07	AQUISIÇÃO DE BANNERS em lona vinílica, impressão em mídia fotográfica, medindo 0,90m x 1,50m (largura x altura), 4 cores, acabamento em canaleta ou ilhós. Com artes e logomarcas do Evento.	unid.	30	-
08	Contratação de serviço de social mídia para atualização e acompanhamento das redes sociais do evento	diária	-	30
09	Divulgação e impulsionamento nas redes sociais	diária	-	30
10	Serviço de contratação de produção de spot para rádio e mídias sociais que deverá ser discriminada na proposta da OSC	a ser definido	a ser definido	a ser definido
11	Serviço de contratação de produção vídeo para divulgação do circuito	serviço	1	-
12	Serviço de contratação de site para divulgação e inscrição do evento	mensal	1	2
13	Locação de serviços de divulgação do evento em <i>outdoor's</i>	diária	20	10
14	Serviço de contratação de inserções em rádio com divulgação nas principais cidades do estado que deverá ser discriminada na proposta da OSC	a ser definir	a ser definido	a ser definido
15	Aquisição de alimentação (almoço e janta) para a equipe de divulgação totalizando duas pessoas	unid.	20	-
16	Serviço de hospedagem individual para a equipe de divulgação totalizando duas pessoas para atuar durante 10 dias	diária	2	20
17	Aquisição de combustível para veículo da equipe de divulgação.	litros	600	-

	18	Locação de veículo tipo caminhonete para equipe de divulgação para atuar durante 30 dias	diária	1	10	
LOGÍSTICA	01	Aquisição de água mineral 500 ml para organização, fiscalização e equipe de suporte;	fardo	30	-	R\$ 80.000,00
	02	Aquisição de alimentação (almoço e janta) para a equipe de organização totalizando 5 pessoas durante 6 dias (3 dias antes do evento, 2 dias durante o evento e 1 dia após o evento);	unid.	60	-	
	03	Contratação de serviço de pilotos para fiscalização das provas nos dois dias de realização do circuito	unid	10	20	
	04	Contratação de serviço de pilotos para logística de apoio do circuito para atuar um dia antes para preparação do evento, durante os dois dias de circuito e um dia após o evento para limpeza do local.	unid.	4	16	
	05	Locação de embarcação com motor para fiscalização nos dois dias de realização das provas;	unid.	10	20	
	06	Locação de embarcação com motor para logística de apoio do evento para ser utilizado um dia antes para preparação do evento, durante os dois dias de circuito e um dia após o evento para limpeza do local;	unid.	4	16	
	07	Aquisição de combustível para as embarcações para uso da fiscalização e logística para as três baterias da competição	litros	1000	-	
	08	Aquisição de óleo náutico para diluição no combustível das embarcações para uso da fiscalização e logística;	litros	20	-	
	09	Serviço de hospedagem em quarto individual para a equipe de organização totalizando 5 pessoas durante 6 dias (3 dias antes do evento, 2 dias durante o evento e 1 dia após o evento)	diárias	-	30	
	10	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE para equipe de organização para atuar durante 6 dias (3 dias antes do evento, 2 dias durante o evento e 1 dia após o evento);	diária	1	6	
	11	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL para equipe de organização utilizar no veículo durante 6 dias (3 dias antes do evento, 2 dias durante o evento e 1 dia após o evento)	litros	600	-	

12	Contratação de serviço profissional para cobertura do evento com produção e edição de fotografia e vídeo durante e após o evento;	serviço	1	-
13	Contratação de serviço de equipe de cobertura jornalística para atuar durante o evento;	serviço	1	1
14	Contratação de pessoal para realizar a limpeza antes, durante e após o evento;	serviço	5	4
15	Aquisição de material de limpeza que deverá ser discriminada na proposta da OSC	a definir	a definir	a definir
16	Aquisição de materiais elétricos que deverá ser discriminada na proposta da OSC	a definir	a definir	a definir
17	LOCAÇÃO DE CABINES SANITÁRIAS standard, individuais e portáteis, dimensões mínimas de 1,10 m de frente x 1,10 m de fundo x 2,10 de altura, confeccionados em polietileno de alta densidade, resistente e totalmente lavável, com teto translúcido, piso antiderrapante, janelas de ventilação, indicação de "livre / ocupado", cabine para bolsa / casaco, incluindo vaso sanitário (tanques simples de dejetos), mictório (somente para o modelo masculino), porta papel higiênico (com fornecimento de papel higiênico), com no mínimo 1 (um) ponto de luminária, instalada com lâmpada LED com potência no mínimo 40 watts na cor branco frio, com abertura da porta em aproximadamente 180°. As instalações elétricas deverão atender as normas e exigências técnicas da ABNT	unid.	6	12
18	Contratação de responsável técnico para o evento (arquiteto ou engenheiro devidamente registrado no CAU ou CREA);	serviço	1	1
19	Pagamento de taxas obrigatórias para liberação do evento;	taxa	-	-
20	Contratação de bombeiro civil;	diária	a definir de acordo com as normas dos bombeiros	2
21	Locação de ambulância com UTI incluindo equipe médica e com desfibrilador;	diária	1	2
22	Contratação de seguranças privativos;	diária	5	2
23	Contratação de apólice de Seguro para o evento;	serviço	1	-
24	Taxas e outras despesas decorrente da energia elétrica consumida;	serviço	-	-

	25	Pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.	taxas	-	-	
TOTAL LIMITE NA 3ª ETAPA -PORTO ROLIM						R\$ 335.000,00
VALOR GLOBAL DO CIRCUITO DE PESCA EM RONDÔNIA						R\$ 1.005.000,00

AS DATAS, OS PRAZOS, AS CONDIÇÕES, O LOCAL

As inscrições para o credenciamento das propostas serão abertas de **forma gratuita**.

São 30 (trinta) dias corridos para a **publicação do edital** a contar a partir da data de publicação no DIOF, conforme TABELA 03.

O período de envio das propostas pelas OSCs ocorrerão simultaneamente durante o período de publicação do Edital, conforme TABELA 03

Somente serão aceitas as propostas enviadas no período hábil supramencionado, sendo desconsideradas as inscrições das propostas postadas após a data limite do encerramento deste Edital. Salientado que essa Setur não se responsabilizará por erros advindos de falhas na rede de internet ou qualquer erro de natureza relacionada a internet.

A fase de seleção observará as seguintes etapas:

TABELA 03		
Etapa	Descrição da etapa	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público e Envio das propostas pelas OSCs	06/ 09/2023 a 05/10/2023
3	Avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	06 / 10/2023
4	Divulgação do resultado preliminar.	09/ 10/2023
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	10/ 10/2023 e 11/10/2023
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção e Resultado final	13/ 10/2023
8	Habilitação, adjudicação para posterior assinatura do Termo de Colaboração	16/ 10/2023 e 17/10/2023

Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (mais bem classificada(s)), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Setur, Supel e no Diário Oficial do Estado de Rondônia pelo período de 30 (trinta) dias, conforme TABELA 03, deste edital.

Etapa 2: Envio das Propostas/Projeto pelas OSCs

As propostas deverão ser encaminhadas através do e-mail: **chamamentopublicosetur@gmail.com até às 23h59min no último dia de envio, acompanhadas com toda a documentação exigida e no prazo estabelecido neste Edital; A Setur não se responsabiliza por falhas ocasionadas na rede de Internet ou qualquer erro de natureza relacionada a internet.**

A proposta, em uma única via no formato de PDF, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.

Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela Comissão de Seleção.

Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada.

Nas propostas deverão conter as informações estabelecidas no subitem 4.23 quanto a metodologia do circuito, bem como as informações do item 5 e na forma estabelecida no item 10 deste edital, conforme modelo do ANEXO XIV.

Deverão se ainda entregues na proposta os documentos comprobatórios para a avaliação, conforme TABELA 04.

Etapa 3: Etapa de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção da Superintendência Estadual de Turismo - Setur irá analisar as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e julgamento de cada proposta pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na TABELA 03 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

As propostas deverão conter as informações previstas no Anexo XIV deste Edital, sem os quais a OSC será desclassificada.

A OSC deverá encaminhar no envio das propostas as documentações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos na TABELA 04 abaixo, os quais serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

Cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações, cujas normas de organização interna expressamente prevejam;
Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme ANEXO III - DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE.

Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

Documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, de que a entidade possui, no mínimo, dois anos de cadastro ativo;

Cópia de documento de identificação, CPF e cópia autenticada dos certificados dos membros/associados que tenham cursos de condutor/monitor de pesca com pelo menos 4 (quatro) horas/aulas;

Cópia de documento de identificação, CPF e cópia autenticada dos certificados dos membros/associados que tenham cursos de Arrais Amador ou documento similar que confirma a habilitação para conduzir embarcações.

Cópia de documento de identificação e CPF dos associados que possuem experiências na concepção, realização e execução de ações com o intuito de fortalecer e desenvolver o seguimento da Pesca Esportiva, como por exemplo: competições regionais, atendimento ao público em geral com ações de guiamento de pesca esportiva. Tais ações deverão ser comprovadas com imagens fotográficas e declarações que descrevem tais ações, conforme ANEXO XI - MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE AÇÕES REALIZADAS PELOS ASSOCIADOS.

Cópia autenticada das atas de reunião realizadas nos últimos 6 (seis meses) a contar da data da publicação deste edital que tenham como pauta assuntos diversos: administrativos, planejamentos, ideias ou estratégias para fortalecer o turismo regional.

A avaliação individualizada e a pontuação das Associações serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

TABELA 04		
CrITÉRIOS DE JULGAMENTO	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) A OSC sem fins lucrativos, deverá ter, no mínimo, 2 (dois) anos de criação sediadas no estado de Rondônia, comprovadas pelo Estatuto e com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;	A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta	2,0
(B) A OSC que, em seu corpo de membros associados, tenham cursos de condutor/monitor de pesca com pelo menos 4 (quatro) horas/aulas, comprovadas por certificados emitidos por órgãos oficiais devidamente autorizados;	menor que 15 (quinze) membros associados = 0 ponto 15 (quinze) a 20 (vinte) membros associados = 1,0 ponto acima de 20 (vinte) membros associados = 2,00 ponto	2,0

(C) A OSC que, em seu corpo de membros associados, tenham cursos de Arrais Amador ou documento similar que confirma a habilitação para conduzir embarcações, comprovadas por certificados emitidos por órgãos oficiais devidamente autorizados.	menor que 15 (quinze) membros associados = 0 ponto 15 (quinze) a 20 (vinte) membros associados = 1,0 ponto acima de 20 (vinte) membros associados = 1,5 ponto	1,5
(D) A OSC que tenha como atividade principal dentro do seu Estatuto de criação a atividade finalística voltada à Pesca Esportiva.	A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	1,5
(E) Será avaliada a OSC cujo associados tenham experiências na concepção, realização e execução de ações com o intuito de fortalecer e desenvolver o seguimento da Pesca Esportiva, como por exemplo: competições regionais, atendimento ao público em geral com ações de guiamento de pesca esportiva. Tais ações deverão ser comprovadas com imagens fotográficas e declarações que descrevem tais ações.	menor que 5 (cinco) membros associados = 0 5 (cinco) a 10 (dez) membros associados = 1,0 ponto acima de 10 (dez) membros associados = 1,50 ponto	1,5
(F) Será avaliado a OSC que promove reuniões periódicas que tenham como pauta assuntos diversos, tais como: administrativos, planejamentos, construção de ideias ou estratégias para fortalecer o turismo regional comprovadas através de atas de reuniões realizadas nos últimos 6 (seis meses), a contar da data da publicação deste edital.	A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	1,5
Pontuação Máxima Global		10,0

A falsidade de informações nas propostas, deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

Serão eliminadas aquelas propostas:

- Cuja pontuação total for inferior a 6,0 (seis) pontos;
- Que recebam nota "zero" em qualquer um dos critérios;

Propostas selecionadas:

As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na TABELA 04.

Critério de desempate:

No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A), (B) e (C). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (E). Caso essas regras não solucionem o empate, a questão será decidida por sorteio.

Etapas 4: Divulgação do resultado preliminar.

A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial, iniciando-se o prazo para recurso.

Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar.

Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 02 (dois) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão (art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999).

Não será reconhecido ou aceito o recurso interposto fora do prazo.

É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 01 (um) dia corrido, contados do fim do prazo para recebimento.

A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 01 (um) dia corrido, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório.

Não caberá novo recurso contra esta decisão.

O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).

Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

Será homologado e publicado o resultado definitivo da fase de seleção.

A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

DA FASE DE HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO

A fase de habilitação e celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

TABELA 05	
Etapa	Descrição da etapa
1	Convocação da OSC selecionada para apresentação dos documentos exigidos na comprovação dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais conforme estabelecidos neste edital, para a sua devida habilitação.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais
3	Adequações no plano de trabalho com a proposta e regularização de documentação, se necessário
4	Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.

Etapa 1: Convocação da OSC selecionada para comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.

Para a celebração da parceria, a administração pública estadual convocará a OSC selecionada que deverá encaminhar todos as documentações exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, caput, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019, de 2014). Caso a OCS não apresente os documentos em tempo hábil estabelecido neste edital, será convocada imediatamente a 2ª colocada neste chamamento para apresentação da documentação pelo mesmo período.

A OSC selecionada, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorrem nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

Cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;

Ata de eleição do atual quadro dirigente.

Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da CI e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas.

Declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no ANEXO II - DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS;

Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, dois anos com cadastro ativo;

Cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

Certidão do SISPAR atualizada.

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

Certidão Negativa quanto à dívida ativa do Estado de Rondônia.

Certidão Negativa de Débitos do município sede da Organização da Sociedade Civil.

Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

Certidão Negativa do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Consulta e certidão do SIGEF.

Consulta e certidão do CAGEFIMP.

Declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria - Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

Etapas 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.

Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise do plano de trabalho estabelecida pela Superintendência Estadual de Turismo com a proposta encaminhada pela OSC.

Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

Etapas 3: Ajustes no plano de trabalho estabelecida pela Superintendência Estadual de Turismo com a proposta encaminhada pela OSC e regularização de documentação, se necessário.

Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 2 (dois) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho estabelecida pela Superintendência Estadual de Turismo com a proposta encaminhada pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 2 (dois) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

Etapas 4: Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.

A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação vigente, incluindo a aprovação do plano de trabalho estabelecido pela Setur com a Proposta da OSC pelo gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação constituída por portaria nº 68 de 15 de junho de 2023, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O repasse financeiro para realização do Circuito de Pesca Esportiva de Rondônia, se dará pelo Governo do Estado de Rondônia, através da Superintendência Estadual de Turismo, no limite de **R\$ 1.005.000,00 (um milhão e cinco mil reais)**, seguindo critérios elencados no quadro de pontuação.

A OSC selecionada terá o valor depositado em parcela única e exclusivamente na conta corrente da OSC selecionada após a formalização do Termo de Colaboração;

Critérios para julgamento: MAIOR PONTUAÇÃO.

Modalidade de Parceria: TERMO DE COLABORAÇÃO;

As despesas decorrentes da realização da parceria objeto deste chamamento público estão programadas em dotação orçamentária para o ano corrente, prevista no orçamento do Estado de Rondônia para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Unidade: INCENTIVO E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Programa:2000

P.A : 1002

Natureza da Despesa: 33.50.41/ 44.50.42

Fonte: 1.8.99.000001 e 2.8.9000001

As despesas decorrentes da realização da parceria do objeto deste chamamento público serão executadas tendo em conta:

A responsabilidade exclusiva da OSC pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

A responsabilidade exclusiva da OSC pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

O pagamento da remuneração da equipe contratada pela OSC com os recursos recebidos não gera vínculo trabalhista com o poder público.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública Estadual no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente.

DA VIGÊNCIA

O Termo terá vigência por 60 (sessenta dias) dias corridos, iniciando-se a partir de sua assinatura, para que dentro desse período o objeto seja executado, respeitando o prazo para início do seguro defeso, onde a pesca é proibida pelos órgãos ambientais, podendo ser prorrogado através de requerimento com justificativa devidamente fundamentada, até 30 (trinta) dias antes do término do exato período da execução por igual período.

A FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os (as) interessados(as) em participar da seleção deverão preencher e assinar os anexos deste edital devidamente assinados, sendo eles: (Anexos I; II; III; IV; VI; VII; VIII; IX; X; XI; XIII e XIV), por conseguinte, deverão **ANEXAR em Formato PDF no e-mail: chamamentopublicosetur@gmail.com**

A OSC interessada em participar desta Seleção deverá encaminhar por meio do sistema via e-mail **chamamentopublicosetur@gmail.com** os documentos exigidos no edital e a Proposta os quais deverão conter as informações estabelecidas no subitem 4.23 quanto a metodologia do circuito, bem como as informações do item 5, conforme modelo do ANEXO XIV, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data estabelecidos na TABELA 03, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação. Na Proposta deverá conter o cronograma físico/financeiro, cronograma do evento, descrição dos itens necessários para execução do evento, conforme apresentado na TABELA 02, com os valores unitários e valor global, sendo que estes valores não poderão ultrapassar o limite estabelecido. De tal modo que a OSC selecionada se responsabilizará, de forma integral e isolada, pelos valores que excederem o previsto. Deverá ainda apresentar o regulamento que conduzirá o circuito de Pesca Esportiva.

A OSC selecionada não poderá deixar de apresentar os documentos e a Proposta, conforme descritos nesse edital.

Não serão aceitos protocolos de entrega de documento ou em substituição aos documentos ora exigidos e anexado no E-mail.

Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar de sua expedição.

A documentação a ser apresentada deverá ser exclusivamente para Pessoa Jurídica.

Toda documentação deverá ser enviada pela plataforma do E-mail informado neste edital, não sendo aceitos envios em outras plataformas.

Documentação obrigatória a ser apresentada no ato de envio das propostas, para todos:

Apresentação da Proposta devidamente assinada pelo representante legal da OSC, conforme ANEXO XIV - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA PELA OSC PARA POSTERIOR INCLUSÃO NO PLANO DE TRABALHO

Apresentar todas as documentações exigidas no sub item 6.10 deste Edital, os quais comprovarão as exigências para atender os critérios de julgamento de acordo com a TABELA 04

DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Poderá participar deste edital somente **Pessoa Jurídica**, sendo:

Consideram-se organizações da sociedade civil - Entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

Será admitida a participação de entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; Redação prevista na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Alínea acrescida pela Lei nº 13.204, de 14/12/2015.

A OSC sem fins lucrativos, deverá ter, no mínimo, 2 (dois) anos de criação sediadas no estado de Rondônia, comprovadas pelo Estatuto e com cadastro ativo e por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

A OSC que, em seu corpo de membros associados, tenham cursos de condutor/monitor de pesca, comprovadas por certificados emitidos por órgãos oficiais devidamente autorizados;

A OSC que, em seu corpo de membros associados, tenham cursos de Arrais Amador ou documento similar que confirma a habilitação para conduzir embarcações, comprovadas por certificados emitidos por órgãos oficiais devidamente autorizados.

A OSC que tenha como atividade principal dentro do seu Estatuto de criação a atividade finalística voltada à Pesca Esportiva, que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital;

Será avaliada a OSC cujo associados tenham experiências na concepção, realização e execução de ações com o intuito de fortalecer e desenvolver o seguimento da Pesca Esportiva, como por exemplo: competições regionais, atendimento ao público em geral com ações de guiamento de pesca esportiva. Tais ações deverão ser comprovadas com imagens fotográficas e declarações que descrevem tais ações.

Será avaliado a OSC que promove reuniões periódicas que tenham como pauta assuntos diversos, tais como: administrativos, planejamentos, construção de ideias ou estratégias para fortalecer o turismo regional comprovadas através de atas de reuniões realizadas nos últimos 6 (seis meses), a contar da data da publicação deste edital.

Poderão participar as organizações da sociedade civil que tenham capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas, a serem analisadas pela Comissão de Seleção, através dos critérios de julgamento estabelecidas neste edital. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea "c" e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 26, caput, inciso III e §1º, do Decreto nº 8.726, de 2016);

Poderão participar as organizações da sociedade civil que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de sua habilitação, não sendo devida nenhuma indenização pela realização de tais atos.

Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ.

VEDAÇÕES

No presente Edital de credenciamento é vedado a inscrição das propostas de:

Pessoas físicas menores de 18 anos;

Servidores da SETUR, terceirizados ou profissionais que tenham vínculo de trabalho direto ou indireto com a SETUR

Servidor público lotado na SETUR, direta ou indiretamente, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2.º grau;

Membros da Comissão de Seleção ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2.º grau;

Será vedado a participação de Organização da Sociedade Civil cujo administrador, dirigente ou associado com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, de agente público:

Com cargo em comissão ou função de confiança lotado na unidade responsável pela realização da seleção promovida pelo Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual; ou

Cuja posição no Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção;

As inscrições das propostas que incorrerem nas vedações serão eliminadas em qualquer fase do Edital.

DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância turística voltados à Pesca Esportiva, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014).

Ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014);

Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

Possuir, no momento da apresentação da Proposta, no mínimo, **02 (dois) anos de existência**, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação;

Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma do art. 26, caput, inciso III, do Decreto nº 8.726, de 2016. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea "c" e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 26, caput, inciso III e §1º, do Decreto nº 8.726, de 2016);

A documentação será recebida pela Comissão de Seleção, designada pela Administração mediante portaria nº 104 de 06 de setembro de 2023 publicada em Diário Oficial, segundo critérios técnicos e objetivos expressos neste edital, no dia, hora e local mencionados no preâmbulo desta, enviados via e-mail **chamamentopublicosetur@gmail.com**;

Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos ora exigidos.

A documentação entregue pela organização da sociedade civil participante deverá consistir em:

A OSC selecionada deverá apresentar a documentação elencada no item 6.10 com a finalidade de demonstrar a experiência na execução de projetos da mesma natureza e experiência na produção, execução e coordenação da programação oficial por meio de: atestados ou declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria, emitidas por órgãos públicos, empresas públicas ou privadas, relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas; instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil, referente a execução de objetos semelhantes; ou outros documentos pertinentes que demonstrem experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

A OSC selecionada deverá apresentar, no mínimo 03 (três) cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público, a fim de demonstrar que os valores propostos estejam em compatibilidade com os valores praticados no mercado, discriminando os itens necessários para execução do evento, conforme apresentado neste edital, com os valores unitários e valor global, sendo que estes valores não poderão ultrapassar o limite estabelecido na TABELA 02. De tal modo que a OSC selecionada se responsabilizará, de forma integral e isolada, pelos valores que excederem o previsto.

Deverá a OSC apresentar na Proposta a descrição do cronograma físico/financeiro, cronograma do evento. Deverá ainda apresentar o regulamento que conduzirá o circuito de Pesca Esportiva. **(deverá estar em anexo ao plano de trabalho)**;

Cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações, cujas normas de organização interna expressamente prevejam;
Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme ANEXO III - DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE.

Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

Documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, de que a entidade possui, no mínimo, dois anos de cadastro ativo;

Declaração do representante legal da entidade de que, por ocasião da celebração do Termo de Colaboração, possuirá instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

Prova de Inscrição do CNPJ (http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=);

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (<http://www.tst.jus.br/certidao>) ;

Certidão Negativa de Débitos perante a Receita Federal (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>) ;

Certidão Negativa de Débitos perante a Receita Estadual (<https://portalcontribuinte.sefin.ro.gov.br/Publico/certidaoNegativa.jsp>)

Certidão Negativa de Débitos perante a Receita Estadual (do domicílio ou sede da OSC);

Certificado de Regularidade do FGTS (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/impressao.jsf>)

Certificado do SISPAR (ou Justificativa acerca da inexistência);

Certidão Negativa Tribunal de Contas - TCE -RO (<https://tcero.tc.br/certidao-negativa/>)

Certidão Negativa Controladoria Geral do Estado - CGE /RO (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>)

REGULARIDADE DOS DIRIGENTES

Certidão Negativa TJ;

Certidão tribunal de Contas;

Certidão Negativa Justiça Federal;

Apresentar comprovantes de regularidade no Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas - CEPIM, o SICONV, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Rondônia - SIAFEN/RO, Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

Todas as Certidões Negativas deverão estar autenticadas.

Serão permitidas as certidões positivas com efeito de negativa.

Não serão permitidas certidões positivas.

Caso a organização da sociedade civil seja considerada isenta dos tributos estaduais e ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual e ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme (Anexo III) previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

DA ANÁLISE DO MATERIAL E SELEÇÃO

O Presidente da Comissão de Seleção poderá, caso entenda necessário, diligenciar consultas na Internet, junto aos sites dos órgãos expedidores e demais a fim de verificar a veracidade dos documentos apresentados.

A seleção das propostas inscritas será feita por uma COMISSÃO DE SELEÇÃO, nomeada por meio de portaria nº 104 de 06 de setembro de 2023 específica para esse fim.

Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes.

A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

Cada proposta habilitada será obrigatoriamente avaliada por todos os membros da Comissão, de forma paritária, distribuída de forma aleatória.

Os resultados da avaliação serão apreciados e discutidos por todos os membros da comissão, em sessão plenária, devendo todos os trabalhos serem registrados em ata, devidamente assinada por todos.

A comissão designará entre os seus membros, de forma paritária, aqueles que farão julgamentos dos pedidos de reconsideração e caso sejam procedentes a reavaliação.

As propostas serão julgadas pela Comissão de Seleção, cujas decisões estarão obrigatoriamente embasadas em parecer técnico, o qual expressamente justifica e respalda tanto a pontuação atribuída à Proposta em cada um dos critérios de julgamento, quanto o cálculo da sua pontuação final.

A Comissão de Seleção disporá do prazo de 01 (um) dia, contando a partir do encerramento das inscrições via E-mail, para o julgamento e a ordenação das Propostas, bem assim para a classificação das organizações da sociedade civil participantes.

DO RESULTADO FINAL

O resultado do julgamento das propostas selecionadas será publicado no site da SETUR, bem como no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

Da sessão, será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Seleção.

DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

Desde que o prazo sem a interposição de recurso administrativo, ou, tendo havido a interposição, haja desistência expressa do recurso, ou após o seu julgamento, este chamamento público será homologado pela Superintendência Estadual de Turismo - Setur e publicado no DIOF;

A homologação não gera, para a OSC selecionada, direito à contratação de prestação de serviços.

O Termo de Colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a sua assinatura e a publicação do respectivo extrato no DIOF/RO.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

É facultado a qualquer cidadão impugnar por escrito o Edital em até 5 (cinco) dias corridos via e-mail, a contar a partir da sua publicação, devendo a Administração julgar a impugnação e respondê-lo em até 5 (cinco) dias úteis. (Art. 31, § 2º da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014)

Só será aceito o pedido de interposição de recurso enviados via e-mail **chamamentopublicosetur@gmail.com**

Após a divulgação oficial do resultado preliminar do julgamento das propostas sendo apta ou inapta, será concedido prazo para que qualquer OSC participante interponha recurso administrativo. Sendo que deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 2 (dois) dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão, sendo:

Não será conhecido recurso interposto fora do prazo;

Perante órgão incompetente;

Por quem não seja legitimado; ou

Após exaurida a esfera administrativa.

Durante o prazo para a interposição de recurso administrativo, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados.

O recurso terá efeito suspensivo e será dirigido à Comissão de Seleção que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 01 (um) dia, o encaminhará, devidamente informado, à Superintendência Estadual de Turismo - Setur para julgamento.

O não conhecimento do recurso não impede a administração pública de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

Caso o OSC desclassificado nesta fase não apresente o pedido de recurso, a mesma continuará como inapta.

DA OBRIGAÇÕES DA SETUR:

Conceder a OSC o repasse financeiro em uma única parcela, conforme condições estabelecidas no item 04 - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO A SER FORNECIDO PELA CREDENCIADA.

Realizar o Edital de Chamamento Público para seleção de Organização da Sociedade Civil - OSC para executar em conjunto com a SETUR, mediante fornecimento de estrutura, logística, promoção, premiação, equipamentos, materiais e mão de obra especializada para manter toda a infraestrutura do evento turístico voltado à Pesca Esportiva, bem como a metodologia de desenvolvimento das provas do circuito a ser realizado no distrito de Jaci Paraná localizado na cidade de Porto Velho/RO, município de Pimenteiras do Oeste/RO e no Distrito de Porto Rolim, localizado no município de Alta Floresta do Oeste/RO, prevista para ocorrer nas datas estabelecidas na TABELA 01 deste edital. Poderá, a critério da OSC selecionada, a alteração da data de execução das etapas do Circuito, desde que devidamente justificada.

Cabe ao Estado através da Superintendência Estadual de Turismo - Setur fiscalizar o objeto deste chamamento, conforme o artigo 67 e parágrafos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores;

A presença de fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da SELECIONADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

DO PRAZO PARA HABILITAÇÃO E A ADJUDICAÇÃO

Esgotados todos os prazos recursais, haverá a habilitação e a adjudicação do objeto à organização vencedora, será convocada para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis apresentar os documentos complementares requisitados pela Superintendência Estadual de Turismo para elaboração e assinatura do Termo de Colaboração, sob pena de decair do direito a celebração, restando caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ficando sujeita à aplicação da pena de multa, que terá seu valor definido pela legislação vigente à época de aplicação da penalidade, além da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Estadual, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

CONTRAPARTIDA

A OSC deverá disponibilizar, a título de contrapartida, os seguintes itens:

Providenciar para o evento apresentações artísticas/culturais;

Contratação de serviço de 01 eletricista para realizar atividades técnicas para a execução dos projetos elétricos dos eventos, como: transmissão e distribuição de energia elétrica, instalação de equipamentos eletrônicos, criação de redes elétricas, montagem e manutenção. O profissional deverá estar munido dos equipamentos necessários para a execução do trabalho como, por exemplo: Chave de fenda; Chave Philips; Alicates de corte lateral; Alicates de ponta fina ou "bico de pato"; Alicates de eletricista; Descascador de fios; Lâmina ou canivete; Lima; Cinzel; Martelo; Furadeira; Serra de arco; Arame ou fita de passagem (passa-fios); Teste de tensão; Lâmpada de prova; Teste de continuidade; Multímetro; Lanterna ou farolete; Fita isolante; Busca-polo Função não cumulativa.

Disponibilizar, no mínimo, 50 (cinquenta) cestas básicas que serão distribuídas para famílias carentes.

A OSC deverá assinar a Declaração de contrapartida - ANEXO XIII

PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A prestação de contas deverá ser apresentada conforme disposto no Termo de Colaboração e em consonância com a Lei Federal n. 13.019/2014, e o Decreto nº 21.431 de novembro de 2016 regras do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

A OSC terá 60 (sessenta) dias corridos para realizar a entrega da prestação de conta.

O prazo da prestação de contas irá contar a partir do término do período de execução do Plano de trabalho proposto pela Superintendência Estadual de Turismo, ou seja, o primeiro dia subsequente ao término do evento.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho estabelecida pela Superintendência Estadual de Turismo e com as normas da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

Advertência;

Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

As sanções estabelecidas nos subitens 23.1.1; 23.1.2 e 23.1.3 são de competência exclusiva da Administração Pública, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

As sanções previstas nesta Cláusula não excluem as previstas na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

DA FISCALIZAÇÃO:

A Superintendência Estadual de Turismo - Setur, através da Comissão de fiscalização, conforme portaria nº68 de 15 de junho de 2023 para acompanhar, monitorar e avaliar a parceria afirmada pelo termo de colaboração com a Organização da Sociedade civil selecionada, designará o gestor do processo e a equipe de fiscalização.

Com vistas a resguardar o interesse público, deve a associação escolhida por este Edital, cercar-se de todos os mecanismos necessários para que haja uma fiscalização exitosa e controle total no que tange a exploração do objeto da parceria.

Fiscalização e equipe de suporte.

A RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Superintendência Estadual de Turismo - Setur, nos casos enumerados a seguir:

O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

A lentidão constante no cumprimento do atendimento dos serviços, levando a Superintendência Estadual de Turismo - Setur a comprovar a falta de interesse da CONTRATADA;

O atraso injustificado no início dos serviços;

O desatendimento das determinações regulares do agente designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

A decretação de falência, insolvência ou a dissolução da sociedade contratada;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do órgão CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

A inexecução total ou parcial do objeto do presente contrato, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a CONTRATADA os direitos da Superintendência Estadual de Turismo - SETUR

A rescisão contratual poderá ser amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo em processo administrativo, desde que haja conveniência da Superintendência Estadual de Turismo - SETUR

A rescisão contratual poderá ser também judicialmente requerida, nos termos da lei.

Este Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/setur/>

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A inscrição das propostas neste Edital é totalmente gratuita;

A OSC no ato da sua inscrição de sua proposta implica o conhecimento e a integral concordância com a normas e condições estabelecidas neste Edital.

As normas disciplinadoras deste chamamento público serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as organizações da sociedade civil interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração pública, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da parceria.

A OSC assume todos os custos de preparação e apresentação de sua Proposta e documentação, não sendo a administração pública, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste chamamento público;

Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas, informações e esclarecimentos na interpretação do Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados até 05 (cinco) dias de antecedência da data limite para envio das propostas, de forma eletrônica, pelo e-mail **chamamentopublicosetur@gmail.com**

A Administração Pública resolverá os casos omissos e as situações não previstas no Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a Administração Pública;

A qualquer tempo, o Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza;

A Administração Pública Estadual não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar do chamamento público.

ANEXOS

Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I - Declaração de ciência e concordância

ANEXO II - Declaração da não ocorrência de impedimento

ANEXO III - Declaração e relação dos dirigentes da entidade

ANEXO IV - Declaração de não ocorrência das vedações

ANEXO V - Formulário para Interposição de Recurso

ANEXO VI - Declaração do cumprimento ao inciso XXXIII do ART.7º da Constituição Federal de 1988

ANEXO VII - Declaração do cumprimento ao Artigo 12 da Constituição do Estado de Rondônia

ANEXO VIII - Declaração de inexistência de vínculo

ANEXO IX - Termo de autorização de uso de imagem e voz

ANEXO X - Declaração de inexistência de inadimplência

ANEXO XI - Modelo de identificação de realização de ações realizadas pelos associados

ANEXO XII - Minuta do Plano de Trabalho para celebração de Termo de Colaboração com organização da sociedade civil

ANEXO XIII - Declaração de Contrapartida

ANEXO XIV - Modelo de formulário de inscrição para preenchimento da Proposta pela OSC para posterior inclusão no Plano de Trabalho

ANEXO XV - Minuta do Termo de Colaboração

Porto Velho-RO, 06 de setembro de 2023.

GILVAN JOSÉ PEREIRA JÚNIOR

Superintendente Estadual de Turismo

ANEXO I

Chamamento Público Edital nº _____/ 2023/SETUR DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA Declaro que a _____ (identificação da organização da sociedade civil - OSC) está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público Edital nº _____/2023/SETUR e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção. _____ (local-UF), _____ de _____ de 2023. _____ (Nome do Representante e CNPJ da OSC)

ANEXO II

Chamamento Público Edital nº _____/ 2023/SETUR DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTO Declaro, em conformidade com o art. 26, caput, inciso XI, do Decreto nº 69.902, de 2020, que a _____ (identificação da organização da sociedade civil - OSC) - Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional; - Não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada; - Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, nem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual; - Não teve contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas "a" a "c", da Lei nº 13.019, de 2014; - Não está punida com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, ou declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo; - Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; - Não tem, entre seus dirigentes pessoa (a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; (b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; _____ (local-UF), _____ de _____ de 2023. _____ (Nome do Representante e CNPJ da OSC)

ANEXO III

Chamamento Público Edital nº ____/ 2023/SETUR DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE Declaro para os devidos fins, em nome da _____ (identificação da organização da sociedade civil - OSC) que: Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014); Nome do dirigente Cargo que ocupa na OSC Carteira de identidade, órgão expedidor CPF Endereço residencial Telefone e -mail Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal/estadual celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: Membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal; Servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal/estadual celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e Pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. _____ (local-UF), ____ de ____ de 2023. _____ (Nome do Representante e CNPJ) da OSC)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DAS VEDAÇÕES À Superintendência Estadual de Turismo-SETUR Comissão de Seleção Chamamento Público Edital nº ____/ 2023/SETUR É apresentada por organização da sociedade civil com constituição jurídica e sem fins lucrativos. Não possui qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento estadual, para aplicação na forma prevista no Termo de Colaboração. Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas; Entidades integrantes do "Sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outras); Instituições que estejam em mora, inadimplentes com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em conformidade com a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, Estadual e Municipal; Entidade que tenha sido punida com uma das sanções previstas no art. 39, V, da Lei 13.019/2014, pelo período que durar a penalidade: Entidades privadas que possuam dentre seus dirigentes membros do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas da União, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau; ou servidores públicos vinculados a órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau; Órgãos ou instituições públicas federais, distritais, estaduais e municipais; Entidade que tenha entre seus dirigentes pessoa: Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 05 (cinco) anos; Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992. Para maior clareza, firmo o presente. _____ (local-UF), ____ de ____ de 2023. Nome do representante: _____ CPF: _____

ANEXO V

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO Chamamento Público Edital nº ____/ 2023/SETUR Eu, _____, portador do documento de identidade Nº: _____ e CPF/CNPJ _____, apresento recurso junto a Comissão de Julgamento deste Processo Licitatório contra o resultado do Edital do Chamamento Público Edital nº ____/2023/SETUR A decisão objeto de contestação é: _____ Os argumentos com os quais contesto essa decisão são: _____ (local-UF), ____ de ____ de 2023. _____ Assinatura do Responsável

ANEXO VI

Chamamento Público Edital nº ____/ 2023/SETUR DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART.7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 Declaro, em atendimento ao previsto no Edital de Chamamento Público nº ____/2023/SETUR, que não existe em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem com menos de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. ____ (local-UF), ____ de ____ de 2023.
Assinatura: _____

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO AO ARTIGO 12 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA Declaro, em atendimento ao previsto no Edital de Chamamento Público nº ____/ 2023/SETUR que nenhum sócio ou representante legal da empresa é servidor público do Estado de Rondônia, nos termos do artigo 12 da Constituição do Estado de Rondônia. ____ (local-UF), ____ de ____ de 2023. Assinatura: _____

ANEXO VIII

Chamamento Público Edital nº ____/ 2023/SETUR DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO
Eu _____, estado civil _____, inscrito(a) no CPF nº _____, RG nº _____, órgão expedidor _____, com domicílio _____. DECLARA, expressamente, para os fins, sob as penas da lei (Art. 299 do Código Penal), que não possui relação de matrimônio, união estável ou de parentesco consanguíneo em linha reta e colateral, até o 3º grau (pais, filhos, avôs, netos, bisnetos, irmãos, tios e sobrinhos) com servidor público que exerça cargo em comissão, função de confiança ou esteja lotado nos órgãos promotores da organização do evento. ____ (local-UF), ____ de ____ de 2023. Assinatura: _____

ANEXO IX

Chamamento Público Edital nº ____/ 2023/SETUR TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ
Eu, _____, representante legal da Organização da Sociedade civil _____ no CNPJ _____, selecionado por Chamamento publico que terá por objeto a realização de evento relacionado ao Circuito de Pesca Esportiva de Rondônia, em conjunto com a Superintendência Estadual de Turismo, e que por conseguinte, necessita da colaboração de uma OSCs para melhor realizá-lo. AUTORIZO o uso de minha imagem em fotos ou filme, para ser utilizada pela SETUR, na divulgação dos trabalhos realizados neste chamamento. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II) cartazes; (III) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro. ____ (local-UF), ____ de ____ de 2023. Assinatura: _____

ANEXO X

Chamamento Público Edital nº ____/ 2023/SETUR DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INADIMPLÊNCIA Na qualidade de representante legal da _____, do CNPJ: _____
DECLARO, para fins de prova junto a SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO-SETUR, para os efeitos e sob pena de Lei, que INEXISTE débito em mora ou situação de INADIMPLÊNCIA perante os órgão ou Ente/Entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado de Rondônia, destinados à consecução do objeto caracterizado no presente Plano de Trabalho. ____ (local-UF), ____ de ____ de 2023. Assinatura: _____

ANEXO XI**MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE AÇÕES REALIZADAS PELOS ASSOCIADOS**

Chamamento Público Edital nº ____/2023/SETUR

1.IDENTIFICAÇÃO DE REALIZAÇÃO E AÇÕES REALIZADAS PELOS ASSOCIADOS

Ex: competições regionais, atendimento ao público em geral com ações de guiamento de pesca esportiva. Observação: Tais ações deverão ser comprovadas com imagens fotográficas e declarações que descrevem tais ações.

1.1.Nome do Associado:

1.2. Nome do Evento:**1.3. Local do Evento:****1.4. Ano de execução:****1.5. Imagens:**

_____ (local-UF), _____ de _____ de 2023.

(Assinatura e/ou nome completo do responsável pela Associação)

ANEXO XII

**MINUTA DO PLANO DE TRABALHO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO**

EVENTO: CIRCUITO DE PESCA ESPORTIVA EM RONDÔNIA			
1. IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO			
O Circuito de Pesca Esportiva de Rondônia é uma iniciativa do Governo do Estado de Rondônia, por meio da Superintendência Estadual de Turismo com apoio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico. Haverá Chamamento Público com a finalidade de selecionar entidades da Organização da Sociedade Civil - OSC para executar em conjunto com esta Superintendência Estadual de Turismo, mediante fornecimento de estrutura, logística, promoção, premiação, equipamentos, materiais e mão de obra especializada para manter toda a infraestrutura do evento turístico voltado à Pesca Esportiva, bem como a metodologia de desenvolvimento das provas do circuito.			
2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PROPONENTE			
Nome da entidade:			
CNPJ da entidade:			
Endereço da Entidade:		CEP:	
Complemento:	Município:		UF:
DDD (telefone):			
DDD (Cel):			
Validade do Mandado da Diretoria Atual:	De // Até //		
Finalidade Estatutária:	(de acordo com o estatuto social)		
Data de Fundação:	//		
Dirigente: (Prefeito (a), Reitor (a), Presidente)			
E-mail do dirigente: (informe apenas um)			
DDD (Cel):			
RG do dirigente:		Órgão Expedidor:	
CPF do Dirigente:			
3. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA			
Nome da entidade: Superintendência Estadual de Turismo- Setur			
CNPJ da entidade: 19.463.485/ 0001-88			
Endereço da Entidade: Av. Farquar ,Palácio Rio Madeira Edifício, 2º Andar		CEP: 76.801-470	
Complemento:	Município:		
DDD (telefone):			
DDD (Fax):			
DDD (Cel):			
Dirigente: (Prefeito (a), Reitor (a), Presidente)			
E-mail do dirigente: (informe apenas um)			
RG do dirigente:		Órgão Expedidor:	
CPF do Dirigente:			
4. RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO			
Coordenadoria:	Coordenação de Projetos		
E-mail:			
Endereço:			

Complemento:		
Município:		
DDD (telefone):		
DDD (Fax):		
DDD (Cel):		
5. INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO EVENTO		
Nome da Instituição:		
Endereço		
Município:		UF:
6. DESCRIÇÃO DA REALIDADE (DIAGNÓSTICO)		
<p>Considerando que a Superintendência Estadual de Turismo - Setur, tem como desígnio desenvolver o turismo em todo o estado de Rondônia, entretentes, para que esse setor tão promissor possa ser vislumbrado pela sociedade como uma potencialidade a ser explorada, é necessário um trabalho de sensibilização a curto, médio e longo prazo, visando dar continuidade nas ações e projetos que fomentem o setor turístico e que disseminem também os aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos do Estado.</p> <p>Considerando a missão dessa Setur em impulsionar o empreendedorismo e o desenvolvimento do campo turístico nos municípios, promovendo a ampliação da empregabilidade, renda, mapeamento e apoio ao crescimento dos produtos turístico no estado, em conformidade com a Lei nº 5.093, de 24 de agosto de 2021.</p> <p>Considerando o intuito de promover o desenvolvimento do campo turístico estadual, através de um conjunto de ações, que possibilitem aos municípios e as empresas a serem mais competitivos e sustentáveis, tornando um ambiente propício para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, abrindo novos postos de trabalho e aumentando desta forma, a geração de renda vinculados ao setor.</p> <p>Considerando o ensejo para criação de um Projeto voltado para o Desenvolvimento do Turismo em Rondônia, por meio da Gestão Estadual, através dessa Setur, projeto este onde as ações propostas visam o amadurecimento empresarial e turístico, com ações focadas na gestão e acesso ao mercado, bem como o apoio para a alavancagem da inovação e tecnologia voltados ao turismo, proporcionando assim o aumento da competitividade e sustentabilidade econômica em Rondônia.</p> <p>Ressaltando que o Estado de Rondônia se destaca pelas belezas e riquezas naturais, sendo que seus rios e lagos de águas cristalinas atraem pescadores esportivos de todo o País e até de países da América do Sul. Assim, para fortalecer e expandir o turismo de pesca em Rondônia, é necessário o implemento de diversas estratégias com a definição dos circuitos de pesca esportiva nas regiões com maior potencial. Desta forma, o turismo de pesca é uma importante atividade econômica no Estado e movimenta de forma exponencial os negócios, gerando assim, empregos diretos e indiretos.</p>		
<p>7. DATA (OU PERÍODO) DE REALIZAÇÃO/ EXECUÇÃO 1º Etapa: 28 a 29 de Outubro - Jaci Paraná 2º Etapa: 04 a 05 de Novembro - Pimenteiras 3º Etapa: 11 a 12 de Novembro - Porto Rolim</p>		

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapa	Meta	Período - mês			
		Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1	Planejamento (elaboração de minutas, análise jurídica);	X			
2	Designação de Comissão de Seleção e Avaliação	x			
3	Publicação do Edital de Chamamento Público	x			
4	Envio das Propostas pelas OSCs	x			
5	Avaliação das propostas pela Comissão de Seleção		x		
6	Divulgação do resultado preliminar		x		
7	Interposição de recursos contra o resultado preliminar		x		
8	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção		x		
9	Publicação do Resultado Final		x		
10	Recebimento da documentação complementar da organização selecionada		x		
11	Celebração do Termo de Colaboração		x		
12	Entrega das documentações de liberação do evento		x		
13	Realização da 1º Etapa em Jaci-Paraná		x		
14	Realização da 2º Etapa em Pimenteiras do Oeste			x	
15	Realização da 3º Etapa em Porto Rolim			x	
16	Prestação de Contas (prazo máximo de sessenta dias, contados da data final da vigência do instrumento).				x

9. INFORME A (S) CIDADE (S) ONDE O EVENTO SERÁ REALIZADO

ETAPAS	Distrito/ Município	Número de Habitantes
1º Etapa	Jaci-Paraná	13.000 (censo do IBGE)
2º Etapa	Pimenteiras do Oeste	2.156 (censo do IBGE)
3º Etapa	Porto Rolim	56.406 (censo do IBGE)

10. HISTÓRICO

As origens da pesca esportiva remontam aos tempos antigos, quando os humanos usavam métodos primitivos de pesca para capturar peixes para sobrevivência. Com o tempo, a pesca recreativa tornou-se mais popular entre as classes ricas da Europa durante o século XVI. Acerca das diversas modalidades de pesca, uma dessas variantes é a Pesca Esportiva, na qual o objetivo não é comer ou vender o peixe fisgado, então a ideia é que os peixes sejam sempre devolvidos à água.

A pesca esportiva praticada no mar, em rios, lagos ou criatórios comerciais, utilizando-se apenas vara de pesca, molinetes ou carretilhas, linha de pesca, anzol e iscas naturais ou artificiais, a "pesca desportiva", como também é chamada, é definida pelo não abatimento do pescado, pois o principal objetivo é a atividade esportiva, de uma forma sadia no convívio com a natureza, onde o "pesque e solte" é a condição mais importante. A prática consiste, então, em pescar, apreciar, fotografar e devolver o peixe ao seu *habitat*, em perfeitas condições.

Sendo assim, com o intuito de promover integração social e lazer, desenvolvendo a união familiar ou de grupos de amigos, esse esporte estimula, em muitos casos, a principal motivação para uma viagem de turismo, objetivando a exploração consciente dos ecossistemas, como exemplo de produção e comercialização (econegócio), desde a sua origem, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Partindo do pressuposto que Rondônia é um estado que possui uma incrível diversidade de peixes distribuídos nos mais variados rios e possuem a maior e melhor ictiofauna biogeográfica do planeta, partindo disso, o Estado de Rondônia e seus Municípios ficam em evidência quanto a prática da pesca esportiva, despertando assim o interesse dos turistas.

A região do Vale do Guaporé ficou mundialmente conhecida pelos desafios que traz para os pescadores. Uma rica biodiversidade, no encontro de dois biomas: Floresta Amazônica e Pantanal Mato Grossense, somando-se à mistura de cultura caboclas, quilombolas e indígenas. Assim é o Vale do Guaporé, que faz parte do corredor ecológico binacional Guaporé-Mamoré-Itenêz. Ideal para a prática da pesca esportiva, ecoturismo e turismo cultural, ao longo do leito há uma boa infra-estrutura receptiva, com pousadas, barcos-hotéis, vila de pescadores, embarcação com piloteiros e guias de pesca.

De igual forma Rio Jaci-Paraná, localizada a 120 quilômetros da capital de Rondônia, onde o visitante encontra paisagens paradisíacas e um enorme potencial para a prática de pesca esportiva, além de turismo ecológico e praias maravilhosas, principalmente no período entre maio e setembro. Além de todo esse potencial, uma natureza preservada e abrigo para os botos cor de rosa e cinza que são os guardiões das águas locais.

A temporada de pesca em Rondônia dura praticamente o ano todo, variando conforme o volume das águas. Características estas que atraem turistas de todo o país e do exterior que se aventuram em busca dos grandes peixes da Amazônia, Vale do Rio Guaporé e a bacia dos rios Madeira e Mamoré, são locais muito procurados pelos praticantes da pesca esportiva. Assim, o estado de Rondônia e seus municípios ficam em evidência quanto a prática da pesca esportiva, despertando assim o interesse dos turistas, além de evidenciar os empreendimentos ecoturísticos e culturais, por conta da boa infraestrutura receptiva, com pousadas, barcos-hotéis, embarcação com piloteiros e guias de pesca. Diante disso, é que a Superintendência Estadual de Turismo - Setur, propõe a realização do "Circuito de Pesca Esportiva em Rondônia", com o intuito fomentar o turismo de forma ecologicamente sustentável e correta.

11. ENQUADRAMENTO

11.1 Quanto à natureza:	() Evento Educacional (X) Evento de Participação Turístico () evento Científico
11.2 Quanto á Abrangência:	(X) Local (X)Regional (x) Nacional () Internacional

12. METODOLOGIA No tocante à escolha de repasse financeiro para realização em parceria por organização da sociedade civil, seguindo os preceitos do Decreto-Lei 200/ 67 - que rege os Princípios do Planejamento e da Descentralização, dentre outros o Art.6º que traz, dentre outros princípios, o da Descentralização. Trazendo à realidade da gestão pública no âmbito Estadual, é evidente a vantajosidade na descentralização de determinadas atividades, visto que, a Administração prossegue às suas rotinas de execução, formalização de atos administrativos, planejamento, supervisão e controle. Excluindo assim a necessidade de contratação de serviços especializados para levantamento de demandas que fogem à capacidade técnica, material e imaterial do quadro, repassando a responsabilidade da execução a um ente dotado de autonomia e capacidade técnica profissional para tal, exercendo assim esta Administração a Governança junto ao terceiro setor. O trabalho administrativo a partir desse modelo, se torna racionalizado mediante a simplificação de processos e supressão de controles que se evidenciam como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco. A parceria compreende um conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e o terceiro setor, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou projeto, com referência ao Inciso III, Art. 2º da Lei 13.019/2014. A OSC classificada deverá apresentar, dentro do prazo estabelecido na TABELA 03. Cronograma, a Proposta e documentações de habilitação (comprobatórias), via E-mail. As condições de participação e critérios de avaliação, são aqueles dispostos no Edital de Chamamento Público Para Seleção de Organização da Sociedade Civil Visando a Celebração de Termo de Colaboração. Acerca do exposto, o respectivo escopo metodológico: Elaboração de projeto básico; Captação de recursos; Abertura de chamamento público com a finalidade de selecionar entidades da Organização da Sociedade Civil - OSC para executar em conjunto com esta Superintendência Estadual de Turismo, mediante fornecimento de estrutura, logística, promoção, premiação, equipamentos, materiais e mão de obra especializada para manter toda a infraestrutura do evento turístico voltado à Pesca Esportiva, bem como a metodologia de desenvolvimento das provas do circuito. Realização de inscrição para participação no circuito; Realização do evento em Jaci Paraná, distrito de Porto Velho prevista para ocorrer em outubro; Realização do evento em Porto Rolim, distrito de Alta Floresta do Oeste, prevista para ocorrer em outubro; Realização do evento em Pimenteiras, prevista para ocorrer em novembro; Prestação de contas dos recursos que foram captados;

13. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Objetivos gerais

Objetivos específicos

Apresentar aos turistas as belezas naturais localizadas na região do Jaci Paraná, Porto Rolim e Pimenteiras;
 Promover a preservação e educação ambiental dos pescadores através da divulgação e práticas sustentáveis e que normatizam a pesca esportiva visando, principalmente, o combate de materiais e atitudes poluentes e predatórias;
 Divulgar e promover o lazer e a integração através da prática de pesca esportiva;

14. PROGRAMAÇÃO Neste item a OSC deverá apresentar na sua proposta o cronograma detalhado de todas as ações que será executada. Dia e horário do evento Dia horário Instituição responsável local 28 a 29/ 10 A DEFINIR COM A OSC OSC Jaci Paraná 04 a 05/11 A DEFINIR COM A OSC OSC Pimenteiras 11 a 12/11 A DEFINIR COM A OSC OSC Porto Rolim

15 - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

(Detalhar o cronograma de atividades, informando as datas e atividades para a execução do projeto)

Neste item a OSC deverá apresentar na sua proposta o cronograma detalhado de todas as ações que será executada.

16. PARTICIPANTES/ PÚBLICO ALVO População em geral, Pescadores profissionais ou amadores, Empresários do setor de pesca, Guia e condutores de Pesca Esportiva e Operadores do turismo, tal como serviços de hospedagem, taxistas e prestadores de serviços em geral.

17. DIVULGAÇÃO

Ficará a cargo da OSC a divulgação do evento Circuito de Pesca Esportiva em Rondônia através de Banner, panfletos, jornais, e outros. Devendo estar discriminado na Proposta protocolada.

18 - METAS:**QUALITATIVAS**

Integrar e interagir com os municípios e região;
Proporcionar diversão, cultura, lazer e desporto para a população, valorizar o trabalho dos segmentos sociais;
Despertar e conscientizar da importância de praticar o “pesque e solte” para a preservação das espécies de peixes para fins de um desenvolvimento sustentável

Oportunidade de fomentar o fluxo turístico sob o viés do turismo sustentável, bem como fomentar o empreendedorismo com a geração de emprego e renda

INDICADORES:

·Execução conforme planejado no projeto.

INSTRUMENTO DE VERIFICAÇÃO:

- Relatório dos envolvidos no projeto;
- Copias dos materiais de divulgação;
- Reportagens na imprensa;
- Fotos;

QUANTITATIVAS

·Participação de aproximadamente 2.000 competidores e coordenação, envolvendo indiretamente 2.000 pessoas da família e aproximadamente 2.000 expectadores nos dias do evento, totalizando 6.000 aproximadamente

·Aumento de 10% na taxa de arrecadação de estabelecimentos turísticos (ramo hotelaria e comércio)

INDICADORES:

·Dados dos associados e comissão técnica

INSTRUMENTO DE VERIFICAÇÃO:

- Lista de presença dos inscritos;
- Fotos, releases e matérias divulgadas pela imprensa.

19 -RESULTADOS ESPERADOS

Promover o crescimento socioeconômico, inclusivo, sustentável, ecológico, étnico, compatível, solidário e produtivo, de maneira integral e equitativa para toda a sociedade, bem como proporcionar ao público nacional e internacional uma nova perspectiva de preservação da ictiofauna norte-amazônica. Após a realização do Circuito de Pesca Esportiva em Rondônia, é esperado que haja uma série de benefícios de longo prazo para as regiões envolvidas e para o Estado como um todo.

20 -FORMA DE PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Os instrumentos e resultados serão divulgados no Diário Oficial do Estado e sítio oficial da Superintendência Estadual de Turismo-SETUR.

21 -INDICADOR DE RESULTADO PROPOSTO

Relatório dos envolvidos no projeto; Reportagens na imprensa; Relatórios com os nomes dos competidores; Fotos; Relatório da Coordenadoria responsável pela execução da ação.

22 - FORMAS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO

A seleção e avaliação se dará por Comissão designada em Portaria e Publicada em veículo Oficial; a gestão e monitoramento da execução do projeto se dará por comissão própria designada em Portaria e Publicada em veículo Oficial; A análise de Prestação de Contas se dará por servidor designado formalmente

23 - ORÇAMENTO GERAL

(Para atendimento total deste Item, deve seguir anexo em arquivo PDF a Planilha de Custo do Plano de Aplicação Detalhado devidamente preenchida)

Valor Projeto (A): R\$ a definir

Valor da Contrapartida (B):

Valor Global (A+B):

Valor do Repasse: Até o limite de **R\$ 1.005.000,00 (um milhão cinco mil reais)**

24 -CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

A concedente se compromete com o repasse financeiro no valor limite de **R\$ 1.005.000,00 (um milhão cinco mil reais)**

Meta	SET	OUT	NOV
1	-	-	R\$ 1.005.000,00

PROPONENTE

Meta	SET	OUT	NOV
1	-	-	A definir

25- CONTRA PARTIDA

A contra partida esta descrita no edital item 21 - CONTRAPARTIDA

26 - -FORMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CUMPRIMENTO DO OBJETO Os recursos destinados à execução deste Termo de Colaboração serão obrigatoriamente movimentados através do Banco do Brasil S/ A, que manterá conta específica vinculada, cujos extratos demonstrando toda a movimentação diária integrarão a prestação de contas. Ficará a OSC obrigada a apresentar a prestação de contas final, no prazo máximo de 60 (sessenta dias), contados da data final da vigência do instrumento.

27. SÃO OBRIGAÇÕES DA SETUR:

- Analisar a prestação de contas da OSC, e estando regulares, aprová-las;
- Fiscalizar a utilização dos recursos, observando o plano de trabalho;
- Acompanhar, supervisionar e avaliar, periódica e sistematicamente as ações que forem implementadas podendo a qualquer tempo examinar e constar In loco a aplicação dos recursos;
- Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este projeto;
- Somente autorizar o repasse dos recursos se a OSC e os membros da sua atual diretoria não tiverem prestação de contas anteriores rejeitadas ou que por algum outro motivo estejam pendentes de solução com a Fazenda Estadual por culpa da referida entidade;
- Analisar as comprovações de gastos e julgar a prestação de contas.

28 -ASSINATURAS Porto Velho - RO, ____/____/ de 2023. _____ Nome

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA Eu, _____, Brasileiro, , portador do RG .nº _____.
 SSP/ _____ e CPF: _____ residente e domiciliado na Rua/Av. _____ Bairro: _____
 _____, no Município de _____, na qualidade de
 Presidente _____, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da
 Fazenda sob o n.º _____, com sede na Rua _____, nº _____,
 Bairro _____, no Município de _____/RO. DECLARO para fins que a contrapartida referente
 ao Edital nº _____, será realizada na forma de serviços ofertados pela entidade conforme elencado abaixo: Item
 Especificação Item Descrição Und. Medida Quant. V. Unt. V. Total Porto Velho, ____ de _____ de 2023.
 Assinatura: _____

ANEXO XIV**(MODELO) FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA PELA OSC PARA POSTERIOR INCLUSÃO NO PLANO DE TRABALHO**

Entidade:
Área de atuação:
CNPJ:
Endereço:
Número:
Bairro:
CEP:
E-mail:
Telefone da OSC:
Nome do responsável:
RG:

CPF:
Telefone:
Data de nasc:
Cargo:
Função:

1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE (INSTITUIÇÃO):

Titulo do projeto:
Período de execução:
Local da execução:
Identificação do objeto:
Objetivo do projeto:
Justificativa da proposição:
Número de pessoas envolvidas na execução:
Estimativa do número de pessoas atendidas pelo projeto:
Valor total do projeto :
Valor solicitado no edital:

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DURAÇÃO	
		INÍCIO	TÉRMINO
01	Ex. Planejamento do Projeto proposto	___/___/___ dia/mês/ano	___/___/___ mês/ano
02	Ex. Aquisição de materiais	___/___/___ dia/mês/ano	___/___/___ dia/mês/ano
03	Ex. Contratação de pessoal	___/___/___ dia/mês/ano	___/___/___ dia/mês/ano
04	Ex. Divulgação do projeto	___/___/___ dia/mês/ano	___/___/___ dia/mês/ano
05	Ex. Execução do Projeto	___/___/___ dia/mês/ano	___/___/___ dia/mês/ano
06	Ex. Avaliação e Prestação de Contas do Projeto	___/___/___ dia/mês/ano	___/___/___ dia/mês/ano

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

NATUREZA DA DESPESA				
Item	Descrição	quantidade	Valor unitário	Valor total
1				
2				
3				
4				
Obs: podem fazer a planilha do tamanho que for necessário				
TOTAL GERAL DO EDITAL				

4. PLANILHA DE CUSTOS PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DO EDITAL**5. PLANILHA DE CUSTOS DA CONTRAPARTIDA**

(parte da responsabilidade da OSC proponente ou que virá de outras fontes)

NATUREZA DA DESPESA				
Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1				
2				
3				
4				
Obs: podem fazer a planilha do tamanho que for necessário				
Total geral da parceria				

CUSTO GERAL DO PROJETO

Descrição	Valor
Total Geral solicitado do edital	
Total Geral da parceria ou terceiros	
Custo total do projeto	

6. VALOR GERAL DO EVENTO

Descrever a ideia a ser executado - principais atividades e metas - como serão executadas: Deverá a OSC apresentar na Proposta/ Projeto a descrição do cronograma físico/financeiro, cronograma de execução das etapas do circuito de pesca, descrição dos itens necessários para a sua execução, conforme apresentado na TABELA 01, com os valores unitários e valor global, sendo que estes valores não poderão ultrapassar o limite estabelecido na referida tabela. De tal modo que a OSC selecionada se responsabilizará, de forma integral e isolada, pelos valores que excederem o previsto.

7. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO:

Na qualidade de representante da _____ (nome da OSC) _____, para fins de prova junto ao Superintendente Estadual de Turismo-Setur, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Estado de Rondônia ou qualquer órgão ou entidade da Administração Estadual, que impeça a transferência de recursos para esta Instituição.

Pede deferimento

Porto Velho, ____ de _____ de 2023.

Representante Legal

ASSINATURA COM CNPJ DA INSTITUIÇÃO

Descrever as normativas de execução de cada etapa do circuito de acordo com os direcionamentos elencados no item 4.23 deste edital.

8. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DO CIRCUITO:**8. DECLARAÇÃO FINAL****ANEXO XV**

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO-SETUR, inscrita no CNPJ/ MF nº 19.463.485/0001-88, na Rua Farquar, Edifício Rio Cautário, 2º andar, Bairro: Pedrinhas, nesta cidade de Porto Velho-RO, esta no uso de suas atribuições legais, neste ato representada, na pessoa de seu titular, o Superintendente, GILVAN JOSÉ PEREIRA JÚNIOR, portador do CPF/ nº848.422.964-53 E; A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC., inscrita no CNPJ/MF nº..., com sede na Rua..., nº..., Bairro..., CEP..., Cidade..., Estado..., aqui, neste ato representada, na pessoa de seu titular, pelo(a) Presidente, Nome..., portador do CPF nº..., RG..., Órgão Expedidor e Estado..., de acordo com a representação que lhe é outorgada... Resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, obedecendo as disposições da Lei Federal n. 13.019/2014, do Decreto Estadual n. 21.431/2016, dentre outras normas aplicáveis à espécie, vinculando-se ao Parecer n. 402/2023/PGE-PA, Id. (0041390616), ao Plano de Trabalho e aos termos do Processo Administrativo nº (0038.000616/2023-58), mediante as seguintes cláusulas e condições: 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1.1. O objeto deste Termo é o estabelecimento de regime de parceria, entre a Superintendência Estadual de Turismo - SETUR e a Organização da Sociedade Civil - OSC..., na execução do projeto constante do Plano de Trabalho..., aprovado pela SETUR, através da Autorização..., do Procedimento Administrativo já identificado, que, para todos os efeitos, é parte integrante deste instrumento, conforme descrição sucinta abaixo: 1.2. A parceria consiste na liberação de recursos financeiros, oriundos de recurso proveniente das seguintes fontes: 1.8.99.000001 e 2.8.9000001, à Organização da Sociedade Civil selecionada por meio do chamamento público, para executar o projeto de realização do evento denominado Circuito de Pesca Esportiva de Rondônia, previsto para ocorrer nosem Jaci-Paraná,Pimenteiras e em Porto Rolim, todos no respectivo anode 2023. 1.3. O cronograma de execução e todas as etapas do projeto estão estabelecidos no Plano de Trabalho. 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR 2.1. O valor global do ajuste é de R\$ 1.005.000,00 (um milhão cinco mil reais), devendo ser destinado, exclusivamente,

ao objeto de que trata a Cláusula Primeira, sendo vedada a sua destinação a qualquer fim, elemento ou objeto diverso do indicado de forma discriminada no Plano de Trabalho aprovado pela Concedente e no Edital. 2.2. A participação financeira da Concedente será no importe de R\$ 1.005.000,00 (um milhão cinco mil reais), oriundo proveniente das seguintes fontes: 1.8.99.000001 e 2.8.9000001, conforme Notas de Empenho nº (**). 2.3. A contrapartida da OSC se dará em serviços economicamente mensuráveis totalizando R\$ _____, conforme consta no Plano de Trabalho, além do uso de seus próprios bens, serviços e pessoal e no gerenciamento dos recursos da SETUR e manutenção do bem adquirido, responsabilizando-se, de forma integral e isolada, pelos valores que excederem o previsto. 2.4. Cabe à Fomentada a obrigação de manter e movimentar os valores repassados pela SETUR. 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3.1. As despesas decorrentes do presente ajuste sairão à conta da seguinte programação orçamentária: PROGRAMA: 2000 - Elemento de Despesa: 33.50.41 e 44.50.42 - Fonte de Recursos: 1.8.99.000001 e 2.8.9000001 3.2. Os recursos serão liberados conforme definido no Plano de Trabalho e não poderão ser repassados à OSC se este incorrer em vedação legal, bem como não poderão ser liberados sem que seja feita comprovação válida e tempestiva de regularidade fiscal e de regularidade com obrigações referentes à utilização de recursos anteriormente repassados, ainda que tais fatos sejam anteriores à celebração da avença. 4. CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS 4.1. Os recursos destinados à execução deste Termo de Colaboração serão obrigatoriamente movimentados através do Banco do Brasil S/A, que manterá conta específica vinculada, cujos extratos demonstrando toda a movimentação diária integrarão a prestação de contas. 4.2. Havendo contrapartida em recursos financeiros, deverá o valor correspondente ser depositado primeiramente pela OSC na conta vinculada, como condição para liberação da parcela pela SETUR. 4.3. Os recursos estaduais não poderão ser repassados à OSC sem que faça comprovação de que não está inadimplente com a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, devendo para esse fim apresentar os documentos correspondentes em via original e atualizados, ou em fotocópia autenticada em Cartório, para juntada ao Processo Administrativo. 4.4. Não poderão ser repassados recursos à OSC, sob pena de responsabilidades, sem a comprovação de que não está inadimplente perante o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e de que não está inscrito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados - CADIN, se tais recursos forem pertencentes à União; e sem a comprovação de que não está inadimplente perante o SIAFEM, se os recursos forem do ESTADO DE RONDÔNIA. 4.5. Nos casos das parcerias cuja duração exceda 01 (um) ano, é obrigatória a prestação de contas ao término de cada exercício, a OSC obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos parcelados, sendo que o dever de prestar contas surge o momento da liberação da próxima parcela do recurso envolvido na parceria;. 4.6. Os recursos de repasse, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês e em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou em operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando menor que um mês. 4.7. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública, no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública. 5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA 5.1. A vigência da presente parceria inicia-se a partir da assinatura do CONTRATANTE e da CONTRATADA (e congêneres), não tendo a aposição do visto, pelo Procurador do Estado que o redigiu, qualquer efeito para fins de validar o início de vigência ou qualquer outro efeito ao referido instrumento jurídico, e finda-se em _____, podendo ser alterado mediante termo aditivo. 5.2. Caso a OSC necessite dilatar o prazo de vigência de Colaboração, este deverá solicitar seu pedido através de requerimento com justificativa devidamente fundamentada, até 30 (trinta) dias antes do término do exato período da execução da Colaboração. 5.3. No caso de não manifestação sobre o interesse em prorrogação do instrumento no prazo estipulado, ficará a proponente obrigada a apresentar a prestação de contas final, no prazo máximo de 60 (sessenta dias) contados da data final da vigência do instrumento ou do término da execução do objeto, o que ocorrer primeiro. 5.4. A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias. 5.5. Se os recursos forem liberados de forma parcelada, a vigência do Termo de Colaboração será iniciada a partir da liberação da primeira parcela, independentemente do valor liberado. 6. CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO 6.1. Fica assegurada ao Estado a prerrogativa de exercer a sua autoridade, mediante o exercício do controle e fiscalização, podendo a qualquer tempo examinar e verificar "In loco" a aplicação dos recursos, diretamente ou através de terceiros credenciados. 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA SETUR a) Repassar, os recursos financeiros indicados na cláusula segunda à OSC, conforme consta no Plano de Trabalho; b) Analisar a prestação de contas da OSC e, estando regulares, aprová-las; c) Fiscalizar a utilização dos recursos, observando o plano de trabalho; d) Acompanhar, supervisionar e avaliar, periódica e sistematicamente as ações que forem implementadas

podendo a qualquer tempo examinar e constar in loco a aplicação dos recursos; e) Propor alterações no Plano de Trabalho, quando houver necessidade, para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento; f) Realizar orientação, supervisão e atividades de capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da OSC; g) Somente autorizar o repasse dos recursos se a OSC e os membros da sua atual diretoria não tiverem prestação de contas anteriores rejeitadas ou que por algum outro motivo estejam pendentes de solução com a Fazenda Estadual por culpa da referida entidade; h) Analisar as comprovações de gastos e julgar a prestação de contas, atendendo prioritariamente ao que dispõe a cláusula quinta. 8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a) Receber e aplicar os recursos financeiros repassados pela SETUR exclusivamente na execução do objeto de que trata a cláusula primeira deste Termo de Colaboração, gerindo tais recursos segundo critérios de moralidade, eficiência, impessoalidade, eficácia e transparência, com vistas a efetividade das ações; b) Executar as atividades pactuadas de acordo com o Edital e o plano de trabalho e seus anexos; c) Manter em boas condições de segurança durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas; d) Propiciar aos técnicos da SETUR o livre acesso para acompanhamento, supervisão, controle e fiscalização da execução desta Colaboração; e) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária decorrentes de utilização de recursos humanos, nos serviços relacionados à execução do objeto deste Termo de Colaboração, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários daí decorrentes; f) Apresentar relatórios de execução físico-financeira e prestar contas dos recursos recebidos, de conformidade com as Leis e Normas que regulamenta este Termo; g) Observar como parâmetro, para aquisição dos bens/materiais empregados na execução do objeto de que trata a cláusula primeira, os preços praticados pela Administração Pública do Estado de Rondônia, especialmente aqueles objetos de registro de preços, para atender a cada item contratado; h) A OSC deverá arcar integral e isoladamente com todos os ônus de uso e manutenção do bem a ser adquirido, bem como ser a única responsável por todas as despesas oriundas dos serviços objeto desta parceria, inclusive obrigações trabalhistas; i) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, na forma do art. 11 e de seu parágrafo único, da Lei 13.019/14; j) Sempre utilizar critérios objetivos na escolha dos beneficiários e sempre obedecer ao princípio da impessoalidade, independentemente da condição de associado. 9. CLÁUSULA NONA - DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES 9.1. A SETUR não assume qualquer responsabilidade, ainda que subsidiária, perante terceiros pela contratação de serviços ou compra de bens e produtos, com os recursos deste Termo de Colaboração. 9.2. O processamento das compras e contratações que envolvam recursos financeiros provenientes de parceria poderá ser efetuado por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela administração pública às organizações da sociedade civil, aberto ao público via internet, que permita aos interessados formular propostas. 9.3. O regime jurídico de que trata esta Lei tem como fundamentos a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia. 9.4. Para os fins desta parceria, especialmente de sua cláusula quarta, a OSC ficará à disposição da SETUR e dará o suporte necessário de acordo com as previsões legais. 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS VEDAÇÕES 10.1. Fica vedado, neste Termo de Colaboração: a) Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar; b) Pagar gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado em qualquer dos entes partícipes; c) Aditar este termo com alteração do objeto; d) Utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida, ainda que em caráter de emergência; e) Realizar pagamento de despesa cujo fato gerador tiver ocorrido em data anterior ao início da vigência da parceria; f) Realizar pagamento de despesa em data posterior ao término da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante a vigência do Termo; g) Realizar pagamento de despesa sem antes exigir a emissão de nota fiscal; h) É vedado à OSC cobrar recursos, de qualquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados frutos do benefício desta parceria. 10.2. Os recursos deste Termo de Colaboração só poderão ser repassados à OSC para atender a itens ou quantitativos que não façam parte de outro ajuste que esta entidade tenha firmado para execução de objeto idêntico ao descrito na cláusula primeira, inclusive com outro poder, o que deverá ser fiscalizado pela SETUR. 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 11.1. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, dentro do prazo previsto na cláusula quinta. 11.2. A prestação de contas deverá ser feita em forma de relatório acompanhado necessariamente dos documentos abaixo listados, todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, no que couber: a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas; b) Cópia do Termo de Colaboração, com a indicação da data de sua publicação; c) Plano de Trabalho na forma

estabelecida na legislação pertinente; d) Relatório de execução físico/financeiro; e) Relação dos pagamentos realizados, com os respectivos números de notas fiscais, por ordem de datas destes pagamentos; f) Demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação financeira, se for o caso, e os saldos; g) Extrato bancário integral da conta corrente; h) Relação dos bens e serviços, adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos recebidos do Estado; i) Termos de recebimento provisório e definitivo, quando se tratar de obra de engenharia; j) Cotações de preços empregadas, para as aquisições dos bens e realização dos serviços; k) Cópia das faturas, notas fiscais, recibos de pagamentos, dos cheques, dos manuais relativos aos produtos adquiridos, com as garantias, ordens bancárias e/ou guias de recolhimento bancário, tudo autenticado; l) Conciliação bancária; m) Comprovante do recolhimento do saldo bancário do recurso, se houver; n) Toda a documentação referente às compras e serviços; o) Cópia do termo de aceitação definitiva de obras, quando o Termo de colaboração almejar a execução de obra ou serviço de engenharia; p) Cópia do cronograma físico - financeiro; q) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela SETUR. 11.3. A contrapartida da OSC, quando houver, será demonstrada no relatório de execução físico/financeira, bem como na prestação de contas. 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA AÇÃO PROMOCIONAL 12.1. Em todo e qualquer bem, equipamento, obra ou ação relacionados com o objetivo descrito na cláusula primeira, será obrigatoriamente destacada a participação do Governo do Estado e da Fomentada, mediante identificação, por meio de placa, faixa e adesivos, ficando vedados nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de pessoas, inclusive de autoridades ou servidores públicos. Também será destacada a participação quando ocorrer divulgação, através de jornal, rádio e/ou televisão, respeitadas as vedações durante o período eleitoral. 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROPRIEDADE DOS BENS 13.1. Os partícipes ficam obrigados a observar o seguinte: a) Todo bem que tenha sido produzido, construído ou adquirido com os recursos provenientes da presente Colaboração fará parte integrante do acervo patrimonial da OSC, devendo ser tombado mediante aposição de plaquetas numéricas de identificação específica; b) O uso do bem ou equipamento só é permitido para os fins definidos no Plano de Trabalho aprovado pela autoridade competente, respondendo a OSC exclusivamente pela conservação e manutenções preventivas e corretivas dos mesmos, bem como por eventuais perdas e danos, salvo por fato resultante de caso fortuito ou força maior; c) As despesas decorrentes de pagamento de manutenção, reparos e quaisquer outras necessárias ao uso do bem ou equipamento ocorrerão por conta da OSC. 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESTITUIÇÃO 14.1. A OSC se compromete a restituir os valores repassados pela SETUR, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública, na hipótese de inexecução do objeto deste Termo de Colaboração. 14.2. Caso haja saldo de recurso no final da execução desta Colaboração, deverá ser levado a depósito à conta fonte pagadora do respectivo recurso o comprovante do recolhimento constará da Prestação de Contas, proporcionalmente ao do repasse, no caso quando houver contrapartida. 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO 15.1. Este Termo de Colaboração poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável, dele decorrendo as responsabilidades pelas obrigações contraídas no prazo da sua vigência. 15.2. Constituem, particularmente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações: a) A falta de apresentação de comprovação de gastos e prestação de contas, na forma pactuada e nos prazos exigidos; b) A utilização dos recursos e dos bens através deles adquiridos em outra finalidade que não seja a constante do Plano de Trabalho; c) Em caso de denúncia ou rescisão a SETUR retirará o recurso que ainda tenha em depósito na conta-vinculada e o transferirá imediatamente para a conta única estadual. 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES 16.1. O descumprimento do disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e normas que regem a matéria, pode ensejar aplicação à OSC das seguintes sanções: I. Advertência; II. Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebração de parceria ou contrato com Órgãos e Organização da Sociedade Civil ou da Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 2 (dois) anos; III. Declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contrato com Órgãos e Organização da Sociedade Civil de toda a esfera Estadual; 16.2. É facultada a defesa do interessado antes da aplicação da sanção, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento de notificação com essa finalidade. 16.3. A sanção de advertência tem caráter educativo e preventivo e será aplicada quando verificadas irregularidades que não justifiquem a aplicação de penalidade mais severa. 16.4. A sanção de suspensão temporária deverá ser aplicada nos casos em que verificada fraude na celebração, execução ou prestação de contas da parceira, bem como quando não se justificar a imposição da penalidade mais severa, considerando a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos. 16.5. As sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade são de competência exclusiva do Secretário de Estado ou dirigente máximo do Órgão Estadual. 16.6. Da decisão administrativa sancionadora cabe recurso

administrativo no prazo de 10 (dez) dias contados da data de ciência da decisão, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos da aplicação da penalidade. 16.7. No caso de sanção de suspensão temporária e declaração de inidoneidade, o recurso cabível é o pedido de reconsideração. 16.8. Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, o impedimento da OSC deverá ser lançado no SISPAR. 16.9. A situação de impedimento permanecerá enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja providenciada a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida quando houver ressarcimento dos danos desde que seja decorrido o prazo de 02 (dois) anos. Caberá ao Gestor a comunicação da reabilitação para plataforma eletrônica SISPAR. 16.10. Prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de apresentação da prestação de contas, a pretensão administrativa referente à aplicação das penalidades de que trata este Capítulo. 16.11. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração. 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO 17.1. Após as assinaturas neste Termo de Colaboração, a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado. 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO 18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho-RO, para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração. 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 19.1. Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo. Para firmeza e como prova do acordado, o presente Termo de Colaboração, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.

Protocolo 0041428005

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP

Portaria nº 755 de 05 de setembro de 2023

SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP, nomeado por meio do Decreto de 31 de março de 2023, publicado pela Edição Suplementar 62.1 de 03/04/2023 no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, pelo art. 41 da Lei Complementar nº 965 de 2017;

CONSIDERANDO o constante no Requerimento (0041453422);

CONSIDERANDO o disposto na Declaração doação de Sangue (0041458013), nos autos do Processo SEI nº 0069.002892/2023-93 e;

CONSIDERANDO a Lei nº 865 de 22.12.1999, que dispõe sobre a concessão de folga a servidor público estadual civil e militar que efetuar doações de sangue, alterada pela Lei nº 3.922 de 17.10.2016, publicada no DOE nº 194, de 17.10.2016.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** o gozo de folga por Doação de Sangue a servidora **Ana Paula Antelo Machado Juchem**, Policial Penal, matrículas nº *****807, lotada no Controle Interno - CIN, nos dias **06.09.2023 e 08.09.2023**, totalizando 02 (dois) dias.

Art. 2º - Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP/RO

Protocolo 0041481135

Portaria nº 761 de 05 de setembro de 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP, nomeado por meio do Decreto de 31 de março de 2023, publicado pela Edição Suplementar 62.1 de 03/04/2023 no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, pelo art. 41 da Lei Complementar nº 965 de 2017.

CONSIDERANDO a Ata nº 250/2022/SUPEL_RO de Registro de Preço, referente ao Pregão nº 415/2022, processo SEI nº 0069.068166/2022-52, para futura e eventual aquisição de insumos diversos (material básico, elétrico, hidrossanitário, ferragens dentre outros) SOB DEMANDA descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SEOSP, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP, exclusivo para o processo do Bumbódromo, conforme (SEI 0032.001704/2023-27).